

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Artênio Bernardo Rabuske

**ANÁLISE DO CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA: UM ESTUDO DE  
CASO NO “ASSENTAMENTO” AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE  
NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.**

Santa Maria, RS.  
2020

**Artênio Bernardo Rabuske**

**ANÁLISE DO CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA: UM ESTUDO DE  
CASO NO “ASSENTAMENTO” AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE  
NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Marco Antonio Verardi Fialho

Santa Maria, RS.  
2020

Rabuske, Artênio Bernardo

Análise do Crédito Fundiário Banco da Terra: um estudo de caso no "assentamento" Agrovila Conde de Porto Alegre no Município de São Borja/RS / Artênio Bernardo Rabuske.- 2020.

84 p.; 30 cm

Orientador: Marco Antonio Verardi Fialho

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, RS, 2020

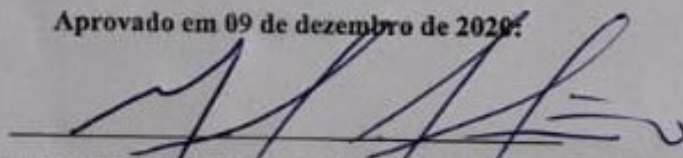
1. Banco da Terra 2. Reforma Agrária 3. Programa Nacional de Crédito Fundiário 4. Política Agrícola I. Fialho, Marco Antonio Verardi II. Título.

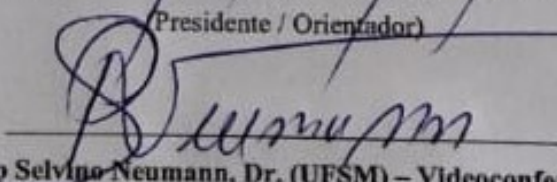
**Ariênio Bernardo Rabuske**

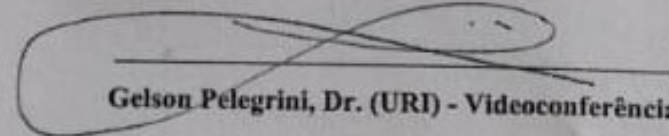
**ANÁLISE DO CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA: UM ESTUDO DE  
CASO NO "ASSENTAMENTO" AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE  
NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

**Aprovado em 09 de dezembro de 2020:**

  
**Marco Antonio Verardi Fialho, Dr. (UFSM) – Videoconferência**  
Presidente / Orientador

  
**Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM) – Videoconferência**

  
**Gelson Pelegrini, Dr. (URI) - Videoconferência**

Santa Maria, RS.  
2020

Em memória de meu pai Camilo Rabuske pelo exemplo de  
pessoa que sempre trabalhou com a terra e dela tirou seu  
provento. À minha irmã Claudia Marli Rabuske. Saudades  
de vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é um ato nobre. Agradeço a todos e todas que, de uma maneira ou outra, contribuíram nesta importante etapa. Ao ser supremo presente em tudo.

À família, baluarte de tudo. À Juliane, companheira sempre presente e incentivando na caminhada, frente as dúvidas e incertezas. À ela um beijo e muito obrigado. Ao meu filho William pelo estímulo e exemplo de dedicação.

Ao orientador professor Dr. Marco Antonio Verardi Fialho, obrigado pela dedicação, paciência e conselhos durante a construção deste trabalho. Abraço.

Aos colegas do curso de mestrado em Extensão Rural pelos momentos de aprendizado, discussões e alegrias compartilhados, a todos um abraço. Em especial a colega Valéria Braccini pelo carinho, caronas, conselhos e pelo exemplo de dedicação e empenho. Para a Thiane Bastos pelas conversas, trabalhos de campo e carinho. A vocês um muito obrigado

Aos professores e servidores do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria que contribuíram para a realização desta importante etapa.

Ao Instituto Federal Farroupilha através do programa institucional de incentivo a qualificação profissional dos servidores.

## RESUMO

### **ANÁLISE DO CRÉDITO FUNDIÁRIO BANCO DA TERRA: UM ESTUDO DE CASO NO “ASSENTAMENTO” AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.**

AUTOR: Artênio Bernardo Rabuske

ORIENTADOR: Profº Dr. Marco Antonio Verardi Fialho

O Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) teve como objetivo substituir o modelo de reforma agrária redistributiva, por um modelo de compra e venda de terras. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) Banco da Terra (BT) possibilitou aos pequenos agricultores familiares, com ou sem-terra, pagarem pela terra. O Programa Banco da Terra foi implementado em São Borja/RS no início dos anos 2000. Este trabalho tem por objetivo geral analisar a implementação do Programa BT no Município de São Borja/RS, através de um estudo de caso, na Agrovila Conde de Porto Alegre. Entre os objetivos específicos estão apontar as facilidades e dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do Programa BT, sob a ótica das instituições públicas participantes no processo e dos próprios contemplados; verificar se houve desistência e conhecer os motivos que levaram os beneficiários a abandonar o programa. A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso. Para levantamento dos dados, utilizou-se de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, visitas *in-loco* e entrevista semi-estruturada com os sujeitos envolvidos entre maio e julho de 2020. Os resultados demonstraram que o programa Banco da Terra foi considerado uma política pública viável para o contexto da época, no entanto, no decorrer do tempo, a implementação desta política na Agrovila Conde de Porto Alegre, não apresentou respostas satisfatórias. Alguns aspectos limitaram significativamente os resultados do projeto, como, por exemplo, falta de planejamento pelos idealizadores do projeto, distância do centro urbano, falta de acompanhamento mais sistemático das instituições envolvidas. Dos 25 beneficiários alocados no início do programa, apenas 4 ainda continuam.

**PALAVRAS CHAVES:** Banco da Terra, Reforma Agrária, Programa Nacional de Crédito Fundiário e Política Pública.

## **ABSTRACT**

### **ANALYSIS OF LAND CREDIT BANCO DA TERRA: A CASE STUDY IN THE AGROVILA “SETTLEMENT” CONDE DE PORTO ALEGRE IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BORJA/RS**

**AUTHOR:** Artênio Bernardo Rabuske

**ADVISOR:** Profº Dr. Marco Antonio Verardi Fialho

The Agrarian Market Reform Model (MRAM) aimed to replace the redistributive agrarian reform model with a land purchase and sale model. The National Land Credit Program (PNCF) Banco da Terra (BT) made it possible for small family farmers, landowner or not, to pay for the land. The Banco da Terra Program was implemented in São Borja / RS in the early 2000s. This study aims to analyze the implementation of the BT Program in the municipality of São Borja / RS, at Agrovila Conde de Porto Alegre. The specific objectives includes, to point out the strengths and weaknesses of the BT Program, from the perspective of the public institutions participating in the process and the recipients themselves; to assess for any potential causes of attrition in the program. The research was characterized as a case study. Data collection was conducted via literature review, bibliographic research, on-site visits, and semi-structured interviews with the subjects involved between May and July 2020 were used. The results demonstrated that the Banco da Terra program was a viable public policy within the studied timeframe. However, over time, the implementation of this policy in Agrovila Conde de Porto Alegre did not present satisfactory results. Some aspects significantly limited the outcomes of the policy including lack of planning by the project's creators, distance [of recipients] from the urban center, and a lack of consistent monitoring through the involved institutions. Of the 25 beneficiaries placed at the beginning of the program, only 4 still remain.

**KEY WORD:** Banco da Terra, Agrarian Reform, National Land Credit Program and Public Policy.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Município de São Borja/RS.....	34
Figura 02 – Mapa político-administrativo do Município de São Borja/RS.....	35
Figura 03 – Croqui da área da Agrovila – Banco da Terra – Conde de Porto Alegre.....	38
Figura 04 – Vista do acesso para a Agrovila Conde de Porto Alegre .....	48
Figura 05 - Local da antiga sede da associação da Agrovila Conde de Porto Alegre.....	59
Figura 06 – Sede das Propriedades dos moradores .....	67
Figura 07 – Degradação ambiental .....	68
Figura 08 – Moradias e lotes abandonados .....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.....	27
Tabela 02 – Número de famílias beneficiadas, área adquirida e valor igual dos contratos no Rio Grande do Sul, através do Programa Banco da Terra, entre 2000 e 2004.....	30
Tabela 03 – Localidades do Programa implementado pelo Banco da Terra no Município de São Borja/RS.....	36
Tabela 04 – Dificuldades e facilidades enfrentadas pelos sujeitos .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFRO – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste  
ASPROVILA – Associação dos Pequenos Agricultores da Agrovila Bom Jesus  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BM - Banco Mundial  
BT – Banco da Terra  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
CFCP - Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural  
FEAPER – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais  
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa agropecuária  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
INCRA – Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária  
IRGA – Instituto Riograndense do Arroz  
MDA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado  
MST – Movimento dos Sem-terra  
PCT - Programa Cédula da Terra  
PMSB – Prefeitura Municipal de São Borja  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SMADR – Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>19</b>
2.1	POLÍTICAS AGRÁRIAS: OS MODELOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL.....	19
2.2	MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	19
2.3	O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL.....	22
2.4	O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.....	26
2.5	O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	28
<b>3</b>	<b>O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS E O PROGRAMA BANCO DA TERRA.....</b>	<b>32</b>
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.....	32
3.2	O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.....	35
3.2.1	A Agrovila Conde de Porto Alegre.....	37
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>42</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÕES.....</b>	<b>45</b>
5.1	PERCEÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA BT.....	45
5.2	FACILIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS.....	53
5.3	MOTIVOS QUE LEVARAM OS BENEFICIÁRIOS A ABANDONAR O PROGRAMA.....	63
5.4	PERSPECTIVAS E SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS QUE PERMANECEM NO PROGRAMA.....	65
5.5	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA NA AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE, SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS.....	70
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>
<b>8</b>	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a implementação do programa Banco da Terra (BT) no Município de São Borja/RS, especificamente a Agrovila Conde de Porto Alegre que se formou através do programa.

As informações coletadas foram fornecidas pelos beneficiários do programa BT, ex-beneficiários, arrendatários e representantes de instituições públicas envolvidas no processo de implementação do programa em São Borja.

Este tema de pesquisa é, em certa medida, de interesse pessoal, pois sempre gostei das questões ligadas ao objeto rural. Sendo filho de agricultores, boa parte da infância cresci vendo meus pais e irmãos trabalharem com a terra e dela, tirar o sustento da família. Meus pais não tinham posses, trabalhavam em forma de parceria com o dono do imóvel rural, que não trabalhava com a terra, mas “colhia” seus proventos através da chamada parceria agrícola. Lembro que na região onde passei minha infância, a terra pertencia à mesma família composta por irmãos, primos, tios, cunhados, cada qual com seu quinhão recebido por herança.

Coloca-se aqui alguns questionamentos que me acompanharam desde a infância: de que forma distribuir a terra? Quem tem direito a ela? A reforma agrária é o caminho para esta distribuição? Quais as maneiras que isso poderia ser feito? No que consiste o crédito fundiário? No decorrer do tempo fui percebendo que não era tão simples assim encontrar respostas para tais indagações. Através do mestrado em Extensão Rural, das discussões em aula, dos textos lidos e da pesquisa realizada, em que apropriei-me de termos antes pouco conhecidos, como crédito fundiário, modelo de reforma agrária de mercado, programa banco da terra, por exemplo, que parte dos meus questionamentos começaram a se esclarecer. A seguir, discorro brevemente sobre alguns temas que serão aprofundados no decorrer do trabalho.

O crédito fundiário, no Brasil, surge no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em um período de diversas ocupações de terra, movimentos sociais e pressão política, em especial, do Movimento dos Sem-terra (MST). Alguns acontecimentos corroboraram para mudanças na política agrária no país, principalmente entre 1996 e 1997. Entre estes, para Pereira (2004) pode-se destacar: a) o massacre de agricultores sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) e Corumbiara (RO) e sua ampla repercussão; b) a aceleração das ocupações de terra no país; c) a forte tensão social no Pontal do Paranapanema (SP); d) Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada e realizado pelo MST (1997); e) mobilização de entidades internacionais em apoio ao MST.

O Programa Crédito Fundiário no Brasil disponibilizava um financiamento para a compra de imóvel rural para os trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, também financiava a instalação de infraestrutura necessária para a produção, assegurando assistência técnica e extensão rural aos contemplados. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 2003 tendo como base outros projetos, como o Projeto Cédula da Terra, desenvolvido no nordeste brasileiro em 1996, e no programa Banco da Terra que operou de 1999 a 2003. Este último com maior abrangência na região Sul do Brasil.

O objetivo central do PNCF é contribuir para redução da pobreza rural e oferecer melhoria na qualidade de vida dos beneficiários. Com tais objetivos os agricultores poderiam desenvolver a agricultura de subsistência, produzindo para autoconsumo e comercializando o excedente, gerando ocupação e renda familiar.

O presente estudo versa sobre o Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) elaborado pelo Banco Inter Americano de Desenvolvimento (BIRD) e teve por objetivo substituir o modelo de reforma agrária redistributiva, que se baseava na desapropriação de propriedades rurais que não cumpriam a função social da terra, por um modelo de compra e venda de terras (MENDES, 2006). Uma das ações do MRAM era o programa Banco da Terra (BT), o qual se constituía numa ação complementar à reforma agrária, financiando a aquisição de terras. Esse programa foi implementado no Brasil e também no Município de São Borja, entre os anos 2000 e 2002.

A área selecionada para o estudo, foi a Agrovila Conde de Porto Alegre, situada em São Borja/RS. Tal área é composta por 420 hectares, em que 25 beneficiários foram selecionados, cada um com um lote de 16,8 hectares. A pouca disponibilidade de informações sobre a atual situação dos beneficiários e, conseqüentemente, os resultados alcançados com o programa BT, fomentando inquietações que contribuíram para a realização deste estudo.

O estudo analisou o programa através de uma contextualização histórica, buscando identificar se as metas iniciais foram alcançadas, principalmente aquelas relacionadas aos beneficiários. Para esses últimos, foi importante identificar o número de famílias que permanecem na Agrovila Conde de Porto Alegre, bem como providenciar levantamento de informações consultando documentos institucionais, realização de entrevistas e visitas *in loco*.

A política pública nacional de crédito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária Banco da Terra foi criada através da Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, apresentando as diretrizes que norteiam o programa. Dentre essas, podemos destacar aspectos para a identificação dos prováveis beneficiários, da constituição do fundo financiador, da competência e gestão financeira, e dos demais regimentos para a efetivação do programa. Esta lei

complementar foi regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999 e, posteriormente, pelo Decreto nº 4892 de 25 de novembro de 2003.

A partir de 2003 o Banco da Terra foi substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), (NUNES, 2006). Este, assim como o Banco da Terra, é uma ação complementar à Reforma Agrária, pois financia a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados (SANTORI, S.D.).

Para ter acesso ao programa, os agricultores deveriam preencher, inicialmente, um documento denominado Carta Consulta e enviá-lo ao Conselho Municipal (agricultura ou desenvolvimento rural). Sendo este documento aprovado que era um projeto de financiamento, elaborado por profissional capacitado, deveria então ser encaminhado à agência estadual do Banco da Terra. Salienta-se que os candidatos ao financiamento se responsabilizariam pela escolha da área, bem como, pela negociação do preço para aquisição (NUNES, 2006). A execução desse programa ocorre de forma descentralizada e sua operacionalização se dá por intermédio do advento de “Agências do Banco da Terra” estruturadas pelos Estados ou Associações de Municípios.

Este trabalho pretende contribuir com uma análise do programa Banco da Terra implementado no Município de São Borja/RS no início dos anos 2000, especificamente na Agrovila Conde de Porto Alegre. A carência de estudos com esta temática na região oeste do Rio Grande do Sul torna-se um fato motivador para a efetivação do presente estudo, além dos pessoais salientados anteriormente. Com a realização da pesquisa, foi possível coletar informações atualizadas, as quais, além de fomentar este estudo, serão significativas no suporte de ações dos gestores públicos no que tange a utilização dos recursos públicos, sua aplicação e dos resultados alcançados, oferecendo instrumentos para uma análise mais aprofundada que poderá contribuir para um melhor entendimento dos aspectos não condizentes com a proposta inicial do programa e que, por alguma razão, não tenham sido atingidos.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra possibilitou condições de acesso aos pequenos agricultores familiares, com ou sem-terra, ao crédito para aquisição afim de dela tirar o sustento da família. Sendo esta política pública implementada em São Borja, buscam-se respostas para os seguintes questionamentos: O programa Banco da Terra implementado na Agrovila Conde de Porto Alegre atingiu seus objetivos? Quais foram as principais dificuldades e facilidades enfrentadas pelos beneficiários? Qual a avaliação do programa sob a ótica dos beneficiários e das instituições participantes do projeto?

De acordo com o último censo demográfico (2010) o Município de São Borja/RS contava com uma população de 61.671 pessoas, com uma estimativa para o ano de 2019 (IBGE, 2020)

de 60.282 habitantes e com uma densidade demográfica de 17,05 hab/km<sup>2</sup> distribuídas em 3.616,690 km<sup>2</sup> de unidade territorial. Segundo dados do censo 2010, a população urbana era estimada em 55.138 e a rural em 6.533 pessoas. O salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2017 era de 2,2 salários mínimos. O PIB per capita (2017) foi de R\$ 28.405,45 e seu índice de desenvolvimento humano (IDH – 2010) de 0,736 (IBGE, 2020), tal índice avalia a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, considerado alto para os parâmetros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Comparando com o PIB per capita do Brasil, que foi de R\$ 31.833,50 e do RS R\$ 37.371,27 para o mesmo período, o Município está abaixo destes. O mesmo acontecendo com o IDH do RS (2010) que foi de 0,746 e do Brasil de 0,759. Se compararmos com o ano 2000, na qual o índice foi de 0,637, com 2010, houve um ganho substancial, devido à elevação nos indicadores de saúde (longevidade), renda e educação.

As principais culturas (soja, arroz, trigo e milho) do Município de São Borja/RS totalizaram uma área plantada de 120.000 hectares (2017), de 119.612 hectares (2018) e de 121.800 hectares (2019), (IBGE, 2020) demonstrando uma leve tendência de aumento na área plantada. Ainda de acordo com dados do IBGE (2020) o total de rebanho bovino era de 178.290 (2017), de 171.437 (2018) e de 162.145 (2019) mostrando uma queda no número de criação de bovinos.

O perfil econômico do Município está baseado no setor primário. De acordo com o Atlas São Borja (2007, p.47) “a paisagem do Município é caracterizada pela presença de banhados, campos com bosques de mata nativa e cursos de água com matas ciliares típicos do Bioma Pampa. Nestas áreas desenvolvem-se atividades rurais de pecuária, pastoreio e cultivos anuais como arroz irrigado, soja e trigo”. Aponta ainda que, 72,2% da área rural é composta pela pecuária (44%) e agricultura (28,2%) e o restante dividido em áreas de banhado, associação de atividades, matas ciliares e assentamentos. Os assentamentos ocupam uma área pouco significativa do Município com apenas 0,5% onde possuem uma produção diversificada, como hortaliças, frutas, verduras, milho, soja, pecuária de leite; produzidos para o auto consumo e, o excedente, sendo comercializado.

O programa Banco da Terra viabilizou a aquisição de terras por agricultores, familiares sem-terra ou com pouca terra. O objetivo do programa era financiar a aquisição de terras e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de 20 anos (NUNES, 2006). Entre os anos de 2000 e 2003, o Rio Grande do Sul, teve um total de 10.136 contratos (beneficiários) com valor de 209,7 milhões aplicados no programa (SECRETARIA DO REORDENAMENTO AGRÁRIO, 2004 *apud* NUNES, 2006).



O programa Banco da Terra no Município de São Borja/RS teve seu início da década de 2000, em que 77 famílias que preencheram os requisitos apontados pelo programa, foram beneficiados com lotes de diferentes quantidades de hectares cada.

## 1.1 PROBLEMA

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra possibilitou que pequenos agricultores familiares, com ou sem-terra, pudessem adquirir e pagar pela terra. Sendo esta política pública implementada em São Borja/RS, buscam-se respostas para os seguintes questionamentos: De acordo com a percepção dos beneficiários e instituições participantes do projeto, o programa Banco da Terra implementado na Agrovila Conde de Porto Alegre atingiu seus objetivos?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a implementação do programa Banco da Terra no município de São Borja, através de um estudo de caso, na Agrovila Conde de Porto Alegre.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- Verificar se os objetivos propostos pelo programa Banco da Terra foram alcançados pelas famílias contempladas;
- Conhecer a percepção dos sujeitos envolvidos com o programa em relação a proposta e identificando as expectativas das famílias no momento da aquisição da terra e a situação atual (presente);
- Apontar facilidades e dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do programa Banco da Terra na Agrovila Conde de Porto Alegre, sob a ótica das instituições públicas participantes no processo e dos próprios contemplados.

- Verificar se houve desistências de beneficiários e conhecer os motivos que os levaram a abandonar o programa.

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, procura responder a questões muito particulares “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p.22-23), preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Cardano (2017, p.52) define-a como “uma forma peculiar de fazer pesquisa social, reconhecível por dois traços distintos: o privilégio concedido de uma observação mais próxima e o empenho em adaptar os próprios procedimentos de construção e análise do dado às características do objeto”. Na pesquisa quantitativa os dados podem ser quantificados, analisados numericamente. Ao utilizar a pesquisa quali-quantitativa objetiva-se conseguir mais informações do que se fosse realizado isoladamente.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, que segundo Gil, é uma modalidade de pesquisa que permite a investigação de fenômenos sociais contemporâneos dentro de um contexto real (2010).

Para a pesquisa de campo, com a finalidade de levantar dados sobre os beneficiários do Programa BT na Agrovila Conde de Porto Alegre, utilizou-se da entrevista semiestruturada, composta por questões que possibilitem a análise de indicadores, a entrevista que “é uma conversa entre pessoas” (GRAY, 2012, p.299), visitas *in loco*, observação que consiste em “um processo complexo que combina sensação (vista, som, toque, cheiro e até mesmo gosto) e percepção” (GRAY, 2012, p.320) e registros fotográficos no Município de São Borja/RS.

Para Arksey e Knight (apud GRAY, 2012) “a entrevista é uma forma poderosa de ajudar as pessoas a explicitar as coisas que até então estiveram implícitas – formular suas percepções, seus sentimentos e seus entendimentos tácitos”. A pesquisa de campo “tem como objetivo imediato analisar, catalogar, classificar e explicar os fenômenos que foram observados e os dados que foram levantados” (FURASTÉ, 2006, p.35).

Uma parte da pesquisa utilizou-se da pesquisa documental, através da consulta de documentos mantidos em arquivos de órgãos públicos como a EMATER e Prefeitura Municipal de São Borja, tais como: dados sobre os beneficiários, quantidade total de terra adquirida e quantidade disponibilizada para cada beneficiário, valor investido, infraestrutura disponibilizada, condições de acesso, ano de contratação do programa, entre outros. Além disso, a pesquisa se baseou das informações emitidas pelos beneficiários do programa. As entrevistas foram realizadas entre maio e julho de 2020.

Para a realização das entrevistas, inicialmente foi feito contato telefônico com os envolvidos na pesquisa, marcando dia e horário. Durante a pesquisa foi seguido os cuidados necessários em relação a pandemia do Coronavírus, como o distanciamento social recomendado e, uso de equipamentos de proteção individual como máscara, viseira e álcool em gel.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de material publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e com informações disponibilizadas na Internet.

Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico e algumas áreas do conhecimento, muitos deles foram obtidos por fontes bibliográficas. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010).

O presente trabalho está composto por cinco capítulos. Além do capítulo da introdução, o segundo capítulo faz uma abordagem a partir de uma revisão bibliográfica sobre os modelos de reforma agrária de mercado. A terceira seção trata sobre a implementação do programa na Agrovila Conde de Porto Alegre, no Município de São Borja/RS. No capítulo seguinte é apresentada a análise e discussão dos dados e, por fim, as considerações finais do estudo, fazendo o fechamento do trabalho.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 POLÍTICAS AGRÁRIAS: OS MODELOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL**

O presente capítulo visa realizar uma análise do contexto histórico das políticas agrárias norteadas pelo Modelo de Reforma Agrária Assistida pelo Mercado – MRAM do Banco Mundial (BM) no Brasil desde sua implantação com o Programa Cédula da Terra e o Programa Banco da Terra até a presente década com o Programa Nacional de Crédito Fundiário, apontando as principais características e mudanças nos contextos teórico e sociopolítico. A reforma agrária de mercado consiste num financiamento para a compra e venda de terra entre agentes voluntários e privados, onde os vendedores recebem compensação financeira a preço de mercado e os compradores assumem os custos de aquisição e transação. Pretende-se ainda levantar dados sobre o MRAM no Rio Grande do Sul. Para facilitar a compreensão dos leitores, este texto foi construído da seguinte forma: primeiramente realizou-se uma contextualização do MRAM, em seguida, apresenta-se o MRAM no Brasil. No terceiro tópico do capítulo aprofunda-se sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário. No item quatro é abordado sobre o Programa Banco da Terra no Rio Grande do Sul.

### **2.2 O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Modelo de Reforma Agrária de Mercado – MRAM – foi formado “com o objetivo de substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem a sua função social, por relações de compra e venda de terras” (PEREIRA, 2006, p. 22) proposto pelo Banco Mundial (BM), dentro do programa de ajuste estrutural implementado em diferentes partes do mundo, como na América Latina, África e parte da Ásia. Esta política foi aplicada como um desenho “supostamente mais barato, eficiente e politicamente viável de distribuição fundiária e alívio da pobreza rural em sociedades altamente desiguais” (PEREIRA, SAUER, 2006, p. 7).

O MRAM “baseia-se no documento publicado pelo Banco Mundial em 1975, denominado “*Land Reform Policy Paper*”, cujo conteúdo consiste em recomendações desta instituição para o trato da questão da terra rural e reforma agrária (DEININGER, BINSWANGER, 1999 *apud* LIMA 2011, p. 32)”.

Entre 1980 e 1989, os programas de ajuste tinham:

como objetivos o controle inflacionário e a retomada do crescimento econômico dos países endividados, mediante planos de estabilização baseados na contratação do consumo interno e no ajuste fiscal drástico, combinado com a abertura comercial unilateral e a desregulação financeira (PEREIRA, 2017, p. 219).

O modelo surgiu devido a crise da dívida externa no início da década de 80 dos países periféricos e semiperiféricos e a subsequente implementação dos programas de ajuste estrutural. Com a moratória mexicana em 1982, em que as fontes de financiamento externo privado escassearam para os países endividados, levando-os há uma dependência do BM e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para terem acesso a financiamentos externos, os países endividados tinham que realizar uma série de ajustes estruturais estabelecidos (PEREIRA, 2004). Esta primeira fase foi até 1993.

Em avaliação realizada pela *Structural Adjustment Participatory Review Initiative Net* (SAPRIN, 2002 *apud* PEREIRA, 2004) os resultados econômicos e sociais das políticas de ajuste estrutural foram bastante negativos. Os teóricos do BM também “reconhecem o baixo desempenho econômico dos países que implementaram as reformas estruturais até meados dos anos 90, bem como a necessidade de se reduzir a pobreza”, (PEREIRA, 2004, p.19).

Na década de 1990, a corrente teórica sobre o problema agrário, denominada como paradigma do capitalismo agrário (ABRAMOVAY, 1992 *apud* ESTEVES, 2012), colocou em evidência a questão agrária como supostamente insolúvel no capitalismo, exigindo então a integração ao mercado dos pequenos agricultores e daqueles que buscavam o acesso à terra. Nesse contexto, se insere a chamada reforma agrária de mercado (ESTEVES, p. ,2012).

Frente a tal cenário e com a crise do México (MX) em 1994 e o forte movimento zapatista irrompida em Chiapas (MX) e “ao mesmo tempo, em vários países, os efeitos socialmente regressivos das políticas em curso começaram a se avolumar e as tensões sociais ganharam mais visibilidade” (PEREIRA, 2006, p. 14), o BM começa a chamada segunda geração de reformas estruturais que tinham por objetivo:

garantir as condições necessárias para a manutenção do controle inflacionário, a aceleração do crescimento, a consolidação da orientação econômica direcionada ao mercado externo e ao aumento da competitividade internacional, o estímulo à poupança interna e o alívio da pobreza; têm, em geral, baixa visibilidade pública – salvo nos casos da reforma da previdência e da legislação trabalhista e em certas privatizações –, seu impacto é percebido no médio e longo prazos e são mais complexas, uma vez que o insulamento do Executivo deve dar lugar a uma gestão mais compartilhada; por voltarem-se à reforma institucional, à reestruturação setorial e a privatizações mais difíceis (serviços e empresas públicas, mineração, infraestrutura), as reformas passam a afetar mais diretamente grupos específicos, cuja capacidade de vocalização e resistência tende a ser mais concentrada.” Pereira (2004, p.21, 23). Sem abandonar suas premissas teóricas fundamentais nem os interesses

geopolíticos e de classe a que serve, o BM cumpriu o papel de principal formulador do itinerário a ser seguido pelos países periféricos (PEREIRA, 2006, p. 15).

Com estas consignas, a estratégia de combate e alívio paliativo da pobreza rural do BM através do MRAM, que teve de fato seu início na Colômbia em 1994 (PEREIRA, 2006), os proprietários da terra são pagos à vista e a preço de mercado, enquanto os compradores, financiados pelo Estado, assumem os custos de aquisição e transação do imóvel. Tal mecanismo visa fomentar mercados de compra e venda de terras promovendo a transferência patrimonial dos produtores menos eficientes para aqueles com mais capacidade. Também provê condições para o desenvolvimento produtivo dos adquirentes de forma a gerar renda para superar a situação de pobreza e honrar com as prestações da terra adquirida, que no ato da contratação é dada como garantia (PEREIRA, 2004).

Para o mesmo autor, as reformas propostas pelo BM, constituem uma base sobre o qual foi construído o MRAM, pois com a dita liberação do mercado e das terras e com a redução do papel do Estado, as reformas estruturais preconizadas auxiliaram a criação de condições para a implementação do MRAM.

Sobre o tema mercados de terra, para entender o surgimento do MRAM, foi uma orientação que o BM tem seguido desde os anos 80 e que ganhou contornos mais definidos após o fim da guerra fria, “transformando-se num conjunto de diretrizes e princípios norteadores das propostas do Banco na área do desenvolvimento rural e do alívio da pobreza” (PEREIRA, 2004, p. 27).

Para o BM (DEININGER, 2001a; DEININGER & FEDER, 2002 *apud* PEREIRA, 2004, p. 28):

otimizar o funcionamento dos mercados de terra – leia-se, mercados de compra e venda e de arrendamento – tem quatro objetivos fundamentais: i) melhorar a eficiência global; ii) maximizar a transferibilidade e o uso da terra; iii) prover a base para mercados financeiros rurais; iv) aliviar a pobreza”.

Com isso, de acordo com os economistas do BM, os chamados pobres rurais teriam a posse da terra e ter direitos sobre ela onde seria uma pré-condição para ter acesso a financiamentos, pois aqueles teriam a garantia à própria terra, com isto, esperava-se estimular o investimento e o uso produtivo da terra, melhorar o nível nutricional dos pobres rurais, beneficiar a barganha de poder com os grandes proprietários de terra, enriquecer a autonomia social dos pobres frente aos demais grupos sociais e a tutela do Estado (PEREIRA, 2004).

Nesta linha de pensamento Pelegrini (2018) coloca que:

A dificuldade de acesso à terra por parte da população mais pobre agrava a situação de miserabilidade das famílias rurais, necessitando e justificando as ações concretas

que promovam mudanças na estrutura fundiária. Entretanto, a estratégia proposta pelo BM foi composta de um conjunto integrado de políticas, tendo por objetivo central a redução da pobreza rural. Além do acesso à terra, esta estratégia oferecia várias opções para a população rural “escapar da pobreza”, adaptando-se de acordo com a realidade local (p. 59).

Buscando melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, as políticas de desenvolvimento rural local visam à eliminação da pobreza rural e, isto não ocorre de fato, pois os programas e projetos que existem ocorrem de maneira isolada e com repercussão a médio e longo prazo. Pode-se afirmar que as políticas implementadas e voltadas para o setor em questão, são assistencialistas, logo de curto prazo, ocasionando uma maior dependência do que maneiras de resolver os problemas locais (SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002).

De acordo com Pereira (2004, p. 88) “o princípio básico do MRAM é a transação mercantil entre compradores e vendedores interessados”. O autor coloca que a transação somente irá ocorrer se houver a vontade de ambos, eliminando disputas judiciais e reduzindo os conflitos comuns no chamado modelo tradicional de reforma agrária. O segundo princípio básico do MRAM “consiste no enfoque “dirigido pela demanda”, segundo o qual o acesso à terra deve se fazer de acordo com a demanda existente e explicitamente manifestada” (PEREIRA, 2004, p. 89).

O MRAM estimula o associativismo, exigindo-se a formação de associações comunitárias para a escolha e a compra de terras. O terceiro princípio básico do modelo consiste na auto seleção que os beneficiários comandam o processo, tirando a responsabilidade do Estado. A descentralização institucional é o quarto princípio, onde a gestão autônoma dos recursos ocorre pelas associações comunitárias (PEREIRA, 2004). Através do MRAM o BM estimula a “criação de mecanismos que prevenissem ou equacionassem rapidamente os conflitos agrários, nas diversas configurações em que se apresentam pelo mundo” (PEREIRA, 2006, p. 19).

### **2.3 O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL**

De acordo com Sauer (2010) o programa de Reforma Agrária de Mercado, instituído no Brasil pelo BM, é considerado como o mais abrangente tanto no quantitativo de famílias beneficiadas quanto ao volume de recursos gastos.

O modelo de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial (BM) encontrou, no Brasil, a partir de 1996, as condições ideais para a sua implementação, as quais abarcavam desde a orientação de uma coalizão de poder interessada em promover uma contrarreforma radical do Estado (diminuindo gastos com políticas sociais e descentralizando responsabilidades), até a necessidade de criar políticas

governamentais capazes de conter a pressão social advinda das lutas históricas por acesso à terra (PEREIRA, SAUER, 2006, p. 173).

Segundo Pereira (2004) o MRAM no Brasil foi criado em agosto de 1996 e teve seu primeiro financiamento para a compra de terras em fevereiro de 1997 no estado do Ceará, com o projeto São José, também chamado de Projeto de Reforma Agrária Solidária.

Esta foi a experiência que deu início aos programas orientados pelo MRAM no Brasil, como explicita um relatório de pesquisa contratada pelo Banco Mundial em 1998: No Ceará, o “Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)”, que conta com apoio do Banco Mundial, chama-se “Projeto São José”. Foi dentro do Projeto São José que surgiu, em 1997, o programa que serviu de inspiração para o Programa Cédula da Terra, atualmente em execução (...) Este último, por sua vez, vem servindo de projeto-piloto para o futuro Banco da Terra (GARCIA, 1998: p. 2 *apud* PEREIRA, 2004, p.163).

O Programa Cédula da Terra (PCT) foi elaborado com base no Projeto São José e estendido a outras unidades da federação como Pernambuco, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Os objetivos oficiais do PCT eram: “a) reduzir a pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; b) elevar o rendimento agrícola; c) testar o MRAM como alternativa ao modelo “tradicional” de reforma agrária” (BUAINAIN et al., 1999 *apud* PEREIRA, 2004, p. 164).

O MRAM foi embutido no País como uma parte das políticas compensatórias à deterioração socioeconômica, que as políticas tidas como de ajustes estruturais provocam no meio rural. Também, era uma maneira que o governo federal de então, tinha para diminuir a pressão e os conflitos provocados pelas ocupações de terra e frear a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo assim, um mecanismo de mercado viabilizado por uma fonte externa de financiamento. A região Nordeste foi escolhida por possuir um alto índice de pobreza rural para a realização de tal projeto-piloto (PEREIRA, 2004).

O governo reconhece os limites da reforma agrária administrativa via desapropriação e redistribuição e está ansioso para experimentar abordagens alternativas para a reforma agrária (BANCO MUNDIAL, 1997d: p. 3 *apud* PEREIRA, 2004, p. 128). As tentativas passadas de resolver os problemas da distribuição de terras no Brasil concentraram-se em reformas agrárias administradas pelo governo através da desapropriação e redistribuição [de terras]. Tais abordagens tiveram sucesso limitado. A reforma agrária dirigida pelo Estado tem sido associada a longas esperas, altos custos, possibilidade de abusos e conflito político. Portanto, o governo está disposto a experimentar abordagens para a reforma agrária que sejam mais rápidas, baratas e menos conflituosas (BANCO MUNDIAL, 1997e: p.4 *apud* PEREIRA, 2004, p. 128).

Em fevereiro de 1998 foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, através da lei complementar nº 93/98. Aos que se enquadrassem nas políticas de acesso do projeto poderiam financiar a compra de terras, infraestrutura e os custos de operacionalização. Os beneficiários do programa seriam os trabalhadores rurais que não possuíssem terra, e que fossem, preferencialmente, assalariados, posseiros, parceiros e



arrendatários e que comprovassem cinco anos de atividades agropecuárias no mínimo. Poderiam ainda ser beneficiários os minifundiários com terra insuficiente para garantir o sustento da família. Todos com renda bruta anual inferior a R\$ 15.000,00 (R\$ 1.250,00 mensais), (PEREIRA, 2004).

O financiamento concedido pelo Banco da Terra tinha prazo de amortização de até vinte anos e prazo de carência de até três anos, os quais eram definidos em função da capacidade de pagamento a ser gerada pelo empreendimento (PEREIRA, 2004, p. 194).

A implementação do Banco da Terra dependia da adesão prévia de entes federativos, os quais podiam ser estados e/ou associações de Municípios. A possibilidade do Banco da Terra ser implementado por associações de Municípios/prefeituras permitia que esse processo passasse por cima da posição assumida pelos governos estaduais. Assim aconteceu nos estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Paraná, cujos governos não assinaram o termo de cooperação com o Banco da Terra, mas as associações de Municípios sim (BANCO DA TERRA, sem data-c *apud* PEREIRA, 2004). Nesses três estados, portanto, houve uma relação bilateral entre governo federal e prefeituras por cima dos governos estaduais, o que, sem dúvida, influenciava em maior ou menor grau na reconfiguração das forças políticas em disputa no cenário estadual (PEREIRA, 2004, p. 196).

O Programa Banco da Terra foi aprovado rapidamente, algo incomum para legislativo federal. Tal procedimento é resultado de esforços político governamentais e teve forte respaldo dos movimentos de luta pela terra, o alto preço das desapropriações, a dificuldade de obter terras para a reforma agrária no Sul e Sudeste e o suposto barateamento do preço da terra proporcionada pelo plano Real. Este programa foi idealizado como um modelo de reforma agrária, sem grandes conflitos, com menor burocracia e sem a necessidade de apelar à esfera judicial (MEDEIROS, 2002 *apud* GOMES, 2013).

O Programa BT (1999 a 2002) ocorreu predominantemente na região sul do País, com 48,2% do total de famílias financiadas e 54% do gasto, destes totais o Estado do Rio Grande do Sul foi responsável por 28,5% e 27,3% respectivamente. Percebe-se um deslocamento do eixo geográfico do programa Cédula da Terra que era voltado para o Nordeste e o Banco da Terra para a região Sul (PEREIRA, 2004). Segundo este autor o governo brasileiro nunca explicou o porquê desta mudança e nem as razões que levaram o Estado do Rio Grande do Sul (RS) ser o maior beneficiado em recursos financeiros e ao número de famílias atingidas.

Para Da Ros e Moreira (2007, *apud* GOMES, 2013) apontam alguns fatores que explicam o elevado número de beneficiários do programa em relação aos demais estados da federação. O primeiro fator é uma forte demanda por terra nas regiões norte e nordeste do RS, predominantemente de pequenas propriedades familiares de descendentes imigrantes europeus. As sucessões fragmentaram as propriedades tendo como consequência uma dificuldade para os pequenos agricultores se inserirem no mercado, levando muito jovens migrarem para as

idades, e por sua vez, envelhecendo a população rural. Esta população mais idosa, com o passar dos anos também tende a migrar, abandonando ou arrendando suas terras. Tal fato tem multiplicado os chamados sítios de lazer em áreas antes típicas da agricultura familiar.

Apontam ainda a estrutura descentralizada da gestão do programa onde o governo estadual não estava presente, formando convênios com Associações de Municípios, sendo criadas 23 agências regionais que assumiram o papel do Estado, promovendo com isto uma descentralização e uma maior capilaridade do programa. A própria baixa nos preços das terras, que ocorreu na época e que estavam indexadas ao preço da soja, em baixa no mercado internacional é apontado como outro fator que proporcionou a grande adesão ao programa.

O Programa BT teve suas atividades suspensas no início de 2003, quando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assumiu como Presidente da República em que aquele foi incorporado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (CAMARGO, MUSSOI, GAZELLA, 2005).

O Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCP) foi criado em 2001 e, no governo Lula, foi incorporado ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no final de 2003. O programa financia a compra de terra menores de 15 módulos fiscais e imóveis produtivos de qualquer tamanho. Em seu manual de operações, podem fazer parte do programa as seguintes categorias de trabalhadores:

a) trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc); b) pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc); c) proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar e seja comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes proporcionar o próprio sustento e o de suas famílias (PEREIRA, 2004, p. 207).

Os quatro programas orientados pelo MRAM (São José/Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra, Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra e o Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural) assentaram em torno de 39.000 famílias (PEREIRA, 2004).

Para legitimar o MRAM no Brasil, as “afinidades eletivas” entre o governo federal e o BM se expressariam, tal como ocorrera em outros países, pela combinação de dois argumentos principais: a) a “oportunidade histórica” para a via de mercado deflagrada pela redução do preço da terra —especialmente sentida na fase inicial de planos de estabilização e reformas que combinam abertura comercial, ajuste fiscal e recessão econômica; b) a desqualificação do “modelo tradicional” de reforma agrária, proclamado como esgotado ou falido historicamente (PEREIRA, 2005, p. 97).

Os programas eram apoiados pelo Banco Mundial e tiveram oposição de diversos segmentos da sociedade, essencialmente pelos movimentos sociais que lutavam pela terra, avaliavam que a estratégia do governo federal era de substituir a desapropriação, que tinha

interesse social, pela política de compra e venda de terra, chamada de reforma agrária assistida pelo mercado (PEREIRA e SAUER, 2011 *apud* MAIA, SANT'ANA, SILVA, 2018).

Para Santori e Ribeiro Filho (2015, p. 270):

a reforma agrária começa a ter como instrumento de acesso à terra o suporte gradativo de mecanismos de compra e venda de áreas que não podiam ser adquiridas pelo processo de desapropriação social. É com esses propósitos que é concebido no Brasil o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ou seja, um programa que se caracteriza como uma alternativa e um reforço ao modelo de reforma agrária vigente.

## 2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi implementado no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), com a fusão dos programas de Crédito Fundiário - Combate à Pobreza Rural e do Banco da Terra. O Programa Nacional de Crédito Fundiário se instituiu com a Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003 e alterado pelo Decreto nº 9.263 de 10 de janeiro de 2018.

De acordo com os dados (SRA, 2017 *apud* RODRIGUES, RAMOS, 2017) o programa já beneficiou 99.107 famílias, sendo 46.706 na linha Consolidação da Agricultura Familiar, 51.965 na modalidade Combate à Pobreza Rural e 436 na linha de financiamento Nossa Primeira Terra.

Os objetivos firmados são constituidores do discurso institucional: espera-se que com o acesso à terra, o PNCF, possa contribuir para a redução da pobreza rural; apoiar e consolidar a agricultura familiar, investir na qualidade de vida dos estabelecimentos familiares e aumentar a renda dos agricultores/as familiares, sem-terra ou com pouca terra. E, ainda, como desdobramentos, reduzir as desigualdades sociais, de gênero, raça, geração e etnia. Não obstante, o programa aportou com ações efetivas de reordenamento fundiário, ampliando a redistribuição de terras, para consolidar as propriedades rurais em regime de base familiar, e o acesso a propriedades que não sejam passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (imóveis improdutivos de mais de 15 módulos fiscais) (MDA, 2015 *apud* RODRIGUES, RAMOS, 2017, p. 129).

O PNCF proporciona condições para os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra ou com pouca terra, entre 18 e 65 anos e que comprovem ter experiência de no mínimo cinco anos em atividades rurais nos últimos 15 anos, possam adquirir um imóvel rural através de financiamento. Com o recurso advindo do financiamento também é possível serem utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, além de contratar Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (MDA, 2019). Também prevê o incentivo a participação de jovens rurais com idade entre 16 (emancipados) e 19 anos, que comprovem dois de experiência junto ao

núcleo familiar, como aluno de Escola Técnica, Centro de Formação por Alternância e instituições similares, para mulheres e para projetos especiais que visem à preservação do meio ambiente (MDA, 2019).

Para ter acesso ao Programa BT o agricultor precisa preencher alguns pré-requisitos, como por exemplo: não ser funcionário público, não ter participado de algum programa que tenha recursos do Fundo de Terras da Reforma Agrária ou ter sido assentado. Outra condição que proíbe o acesso é o agricultor ter sido dono de imóvel rural maior que uma propriedade familiar, nos últimos três anos (MDA, 2019).

Os objetivos do PNCF, ao oferecer o acesso à terra através desta política de governo, espera-se que ocorra uma redução na pobreza rural; consolidar e apoiar a agricultura familiar; investir e melhorar a qualidade de vida dos estabelecimentos familiares e aumentar a renda dos agricultores e seus familiares sem-terra ou com pouca terra (RODRIGUES, RAMOS, 2017).

Os recursos destinados para a aquisição das terras (SAT), são reembolsáveis e oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Os subprojetos para investimentos comunitários (SIC), são os recursos não-reembolsáveis, originário, principalmente, do contrato com o Banco Mundial, subdivididos em três tipos de investimentos: i) produtivos: roças de autoconsumo e produção, formação de pastos, instalações, conservação dos solos, custeio das primeiras safras, aquisição de animais, entre outros; ii) infraestrutura básica: moradia, abastecimento de água, eletrificação, estradas internas à propriedade, cercas e etc; e iii) investimento para a formação de poupança pelas famílias ou comunidades: fundos bancários de poupança ou investimento, formação de capital de giro, etc. (OLIVEIRA, 2005, p. 102 *apud* RODRIGUES, RAMOS, 2017, p. 130).

Atualmente PNCF possui três linhas de crédito que procuram atender os diferentes públicos da agricultura familiar, conforme Tabela 01 a seguir:

**Tabela 01:** Linhas de crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Linhas de Crédito	Abrangência	Renda Anual*	Patrimônio	Teto*	Juros	Bônus	Pagamento
PNCF Social	Região Norte e área da Sudene	Até R\$ 21.644,33	Até R\$ 40 mil	R\$ 151.510,28	0,5% a.a.	40%	25 anos com 36 meses de carência
PNCF Mais	Demais regiões, exceto Sudene	Até R\$ 43.288,65	Até R\$ 80 mil		2,5% a.a.	20%	
PNCF Empreendedor**	Todo Brasil	Até R\$ 233.758,71	Até R\$ 500 mil		5,5% a.a.	-	

\* A Renda Anual e o Teto de financiamento são atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

\*\* Linha com risco bancário, cuja regulamentação será definida pelo agente financeiro que aderir sua operacionalização.

Fonte: MAPA (2020)

Disponibiliza recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no valor de R\$ 7.500,00, por cinco anos, sendo parcelas anuais de R\$ 1.500,00 por beneficiário.

## 2.5 O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

As ações dos agricultores sem-terra, até o final da década de 90, eram tratados de maneira repressiva e violenta pelos governos onde utilizavam o aparato policial do Estado. Foi a partir de 1998 que esta situação começou a mudar frente ao novo governo gaúcho que se instala. Inaugura-se um novo momento político com forte oposição ao governo federal e mais próximo aos movimentos sindicais e sociais do campo (SILVA, 2009). De acordo com Da Ros (2008):

A implementação do Banco da Terra no RS pode ser explicada pela confluência de fatores que marcaram a luta política no meio rural gaúcho, entre os anos de 1999 e 2002, dentre os quais se destacam: a crise do setor agropecuário; o aumento das ocupações de terras e da pressão política do MST para que a Superintendência Regional do INCRA, acelerasse a criação de assentamentos; a paralisação quase completa das vistorias de terra, pelo INCRA, por força do movimento; vistoria zero, realizado pelo patronato rural gaúcho; e a mudança ocorrida na correlação de forças políticas no campo com a vitória da Frente Popular nas eleições para o Governo Estadual. De acordo com Sacco dos Anjos *et al* (2007) o modelo de reforma agrária conduzida pelo mercado fez que o governo gaúcho de então fosse contra tal modelo por questões ideológicas e programáticas (p. 04).

O Programa Banco da Terra era um instrumento que visava, por um lado, deslegitimar e esvaziar o instrumento de desapropriação, chamado de “modelo tradicional” e, por outro pleitear pela base a demanda por imóvel rural com os movimentos sociais do campo (DA ROS, 2008).

No entanto, a política agrária adotada pelo então governador Olívio Dutra, previa o assentamento de dez mil famílias,

“contribuiu, em grande medida, para a geração de um elevado grau de expectativas por parte dos agricultores sem-terra, resultando na ampliação do número de famílias acampadas à espera de seu pedaço de terra. E ainda acrescenta que ao questionar as premissas da reforma agrária de mercado do governo federal e proporcionar as condições para que o MST aumentasse o seu potencial de pressão, mediante a não repressão às ocupações de terras, o governo estadual não só reconhecia a legitimidade das reivindicações dos sem-terra, como também mitigava as tentativas do governo federal e do patronato rural gaúcho em deslegitimar o instrumento de desapropriação” (DA ROS, 2006a, p. 263 *apud* SILVA, 2009, p. 62).

Este cenário político de então, não impediu que no Estado do Rio Grande do Sul o modelo de reforma agrária de mercado banco da terra fosse executado, inclusive com apoio de entidades representativas dos trabalhadores rurais, como a FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores

da Agricultura Familiar) e a FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) (SILVA, 2009).

A falta de apoio do governo estadual não foi motivo para que o governo federal não implantasse o Programa Crédito Fundiário Banco da Terra. A recusa do governo estadual em participar, fez com que o governo federal e firmasse convênio diretamente com Associações Municipais, Sindicatos e Prefeituras através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SILVA, 2009).

Este modelo descentralizado trouxe alguns problemas para sua gestão como um descontrole dos financiamentos, em decorrência da falta de transparência e de critérios unificadores. Outro ponto a considerar foi a retirada do apoio da extensão rural estadual na elaboração de projetos e o posterior acompanhamento, fazendo com que os sindicatos e as associações municipais e prefeituras assumissem tal papel (DA ROS 2006a *apud* SILVA, 2009).

Da Ros e Medeiros (2007 *apud* GOMES, 2013) apontam fatores que corroboraram para a implantação do Programa no RS, como uma forte demanda por terra principalmente nas regiões norte e nordeste do Estado, tipicamente de pequenas propriedades familiares de descendência da imigração europeia. Outro fator diz respeito a edificação de uma estrutura descentralizada para a gestão do programa sem a participação do governo estadual. Outro tópico importante a ser considerado foi uma baixa nos preços dos imóveis rurais que eram indexadas ao preço da soja e que, na época, estava em baixa no mercado internacional.

Silva (2009, p. 65) também aponta algumas razões:

pôde-se apreender que a dimensão assumida pelo Banco da Terra no Rio Grande do Sul, tanto frente à reforma agrária tradicional, quanto frente às demais unidades federativas, pode ser supostamente explicada por razões como: a persistente demanda por terra, derivada da histórica concentração fundiária; a suposta queda no preço das terras, motivada pela estabilidade viabilizada pelo Plano Real; a predominância por contratos individualizado; a descentralização que foi imposta para gerir o programa, através do firmamento de contrato diretamente junto aos Municípios; bem como a adoção de diversos mecanismos orientados à desmobilizar os movimentos sociais (SILVA, 2009, P.65).

O programa Banco da Terra começa a ser implementado no RS no ano de 2000 onde 765 famílias são beneficiadas, em 2001 foram assentados o maior número de famílias com 4.271, em 2002 foram 3.431 famílias, 2003 este número é de 1.757 ano da extinção do programa e, em 2004, 15 famílias foram beneficiadas pois haviam assinado e aprovados seus financiamentos em 2003 (SILVA, 2009).

Na tabela abaixo pode-se verificar estes dados, além do quantitativo de hectares adquiridas e o valor dos contratos assinados.

**Tabela 02** - Número de famílias beneficiadas, área adquirida e valor total dos contratos no Rio Grande do Sul, através do Programa Banco da Terra, entre 2000 e 2004.

Ano de contratação	Famílias beneficiadas	Área adquirida (ha)	Valor total contratos
2000	765	8.569	16.499.431,00
2001	4.271	50.823	88.754.840,00
2002	3.431	39.569	70.546.094,00
2003	1.757	20.233	36.458.494,00
2004	15	107	261.679,00
TOTAL	10.239	119.301	212.520.538,00

Fonte: (MDA/SRA, 2008 *apud* SILVA, 2009, p. 66).

Outro dado importante é que diversos Municípios foram contemplados com projetos aprovados. Em 2002, o programa contemplou 399 Municípios gaúchos, perfazendo um total de mais 80% das cidades do estado, demonstrando a sua enorme capilaridade.

Os recursos destinados as diferentes linhas de financiamento eram provenientes de fundos públicos e sociais, como do Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre outros (SILVA, 2009). Os valores do financiamento do Programa Banco da Terra chegavam até R\$ 40.000,00 por família com prazo de 20 anos para pagamento com carência de três anos (GOMES, 2013). O mesmo autor cita (*apud* MDA, 2006) que os itens financiáveis eram:

i) compra de terras; ii) infraestrutura (construção ou a reforma de residência, disponibilização de água para consumo humano e animal, rede interna de eletrificação, abertura ou recuperação de acessos internos e construção ou reforma de cercas); iii) custos operacionais (despesas cartorárias, a elaboração e o acompanhamento do projeto de financiamento e as despesas topográficas referentes à demarcação de parcelas). Mas a primeira regulamentação do Banco da Terra reduziu para apenas dois os itens financiáveis: compra de imóveis rurais e implantação de infraestrutura (p.128).

Dessa forma, baseado nas informações apresentadas acima, pode inferir que o Modelo de Reforma Agrária de Mercado assemelha-se a um programa de marketing alicerçado pelo “notáveis” do Banco Mundial, com elaboração direcionado aos países periféricos atendendo aos seus interesses. Ainda, a escassez de dados que comprovem a sua eficácia não fora publicado. Os projetos, muitas vezes, são bem elaborados e vendidos aos interessados e até necessitados pelo imóvel rural, através de falsas promessas de terras, facilidade de pagamento e crédito e mudança na qualidade de vida. Ocorre que, ao aderirem aos programas e adquirirem terra, as famílias beneficiadas assumem elevadas dívidas tornando-se, com o passar dos anos, impagáveis e dificultando sua permanência no campo.

Salutar apontar a reflexão de Cazella (2011), onde menciona que o crédito fundiário:

pode se converter numa política mais ampla e inclusiva, ou seja, que não se limite a ações pontuais e complementares de um programa de reforma agrária. No Brasil, essa proposta enfrenta dificuldades de várias ordens; no entanto, duas delas são fundamentais: a) resistências de cunho ideológico; b) falta de tradição e bases técnicas das agências públicas de desenvolvimento rural na área do crédito fundiário. (...) as políticas de crédito fundiário têm-se deparado, no Brasil, com uma forte resistência de forças políticas envolvidas na luta pela terra. Uma operação dessa natureza é percebida como um mecanismo de desmobilização política dos movimentos sociais que reivindicam a reforma agrária. Além disso, o aprofundamento dessa política esbarra na resistência à mudança por parte de instituições públicas que trabalham com a reforma agrária, em especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que percebe com reticências as ações de crédito fundiário implementadas pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (p. 15).

O acesso e a posse à terra são fundamentais para a dignidade humana, uma alimentação adequada e aumento da qualidade de vida. Para isso, é imprescindível o apoio de serviços essenciais como o crédito facilitado, assistência técnica de qualidade, condições de acesso à terra, infraestrutura, acesso a tecnologias adequada a realidade, participação e organização política, acesso ao mercado, preços justos, serviços básicos de educação e saúde visando o bem-estar do beneficiado e dando condições de se manter e da terra viver dignamente.

Por fim, tais programas não podem ser vistos como assistencialistas e sim como alavancadores de uma nova etapa para os beneficiados, estimulando a geração de emprego e renda no campo, trazendo segurança aos beneficiários e oportunizando sua permanência no campo de maneira digna.



### **3 O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS E O PROGRAMA BANCO DA TERRA**

Este capítulo aborda informações sobre o Município de São Borja/RS, desde sua contextualização histórica, apontando principais acontecimentos e dados sociais, econômicos e políticos e a implantação do Programa Banco da Terra. Em seguida, será descrito o Programa Banco da Terra implantado na localidade de Conde de Porto Alegre, bem como suas principais características, como a localização, tamanho da área, número de beneficiados, entre outros.

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Os primeiros habitantes de São Borja/RS foram os indígenas que viviam da pesca, caça e coleta de frutas e raízes (PESAVENTO, 2002). Situada na região oeste do Rio Grande do Sul, o Município foi fundado em 1682 pelo Padre Francisco Garcia de Prada da Companhia de Jesus da Espanha e os índios Guaranis, denominado como o 1º dos sete povos das missões. Foi com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, entre Portugal e Espanha que inicia o declínio dos chamados sete povos (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007). Com este tratado, o território das Missões, passa para Portugal e Colônia de Sacramento para a Espanha. Com esta mudança e o não aceite por parte dos índios e estes voltando para seus antigos povos, resulta na “Guerra Guaranítica” contra os interesses da Espanha e Portugal já coligados (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007).

Após o tratado, uma das estratégias adotadas pela coroa portuguesa para garantir a posse e a defesa de suas terras, foi a “instalação de acampamentos militares e a construção de fortes e presídios, bem como a distribuição de sesmarias a pessoas de prestígios e/ou militares” (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007, p. 09). Tal atitude determina características da região com a formação de diversas estâncias refletindo nas áreas de grandes fazendas atuais.

Foram os jesuítas que incrementaram a pecuária extensiva, o cultivo da terra, o artesanato na região. Com a saídas dos jesuítas da região estabeleceram-se as grandes estâncias onde predominava a pecuária extensiva (AMFRO, 2020).

Ao serem distribuídas as terras para os primeiros povoadores, após a conquista das Missões, essa gente já encontrou os campos com ocorrência de gado bovino que ficara após o abandono dos Sete Povos, disseminando-se em estado selvagem. Dessa forma, São Borja teve a Estância como seu núcleo e matriz social econômica (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007, P. 10).

Outro acontecimento marcante ocorreu em 1888 que, através da moção plebiscitária de autoria de Aparício Mariense da Silva, discutiu-se o destino da nação por meio de proposta de um novo sistema de governo, passando da atual monarquia de então para um regime Republicano (PMSB, 2017).

Com a vinda dos imigrantes europeus, no final da década do século XIX, intensificou-se a agricultura, expandindo a lavoura pelos campos nativos e em partes das matas nativas. A lavoura de arroz, um dos principais cultivos do Município, teve seu crescimento a partir de meados do século XX (AMFRO, 2020). São Borja iniciou sua expansão a partir da cultura do linho. Com a mecanização da lavoura, a partir da década de 50, o trigo e a soja ganham impulso na região; a cultura do arroz ocorre desde 1937 e tem seu crescimento acelerado com a chegada dos descendentes alemães a partir da década de 60. A etnia da população São-borjense é composta de indígenas, espanhola, germânica, árabe, africana, italiana, polonesa, portuguesa, entre outras (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007).

Segundo Rodrigues et al (2010) o processo de migração no Município foi intensificado na década de 70 com a expansão de lavouras de trigo e da soja. Este acontecimento dá início a modificação da estrutura fundiária local, onde as estâncias começam a ceder espaço a novas formas de propriedades rurais, como as fazendas que destinavam suas áreas para a criação de gado de corte e as granjas destinadas a produção de grãos em áreas maiores. Para estes autores:

Um evento paralelo a esse processo foi o surgimento de pequenas propriedades, oriundas de sucessões hereditárias, pagamentos de dívidas e até mesmo de doações a posteiros e familiares. Esta trajetória evolutiva é responsável pela atual configuração dos sistemas agrários existentes no Município, na qual predomina as grandes e médias propriedades sendo que as pequenas propriedades representam uma área inexpressiva, se comparada com a área total das anteriores (RODRIGUES et al, 2010, p.03).

A pecuária é expressiva com um efetivo estimado de 162.145 cabeças (2019). A lavoura de arroz (2019) apresentou uma área plantada de 38.800 hectares com uma produção de 288.852 toneladas gerando um valor da produção de R\$ 242.636.000,00 reais. Para a lavoura de soja (2019), os dados apresentam que foram plantados 65.000 hectares com uma produção de 157.400 toneladas gerando um valor de R\$ 165.270.000,00 reais (IBGE, 2020).

Situada na mesorregião do sudoeste Rio-grandense e na microrregião da campanha ocidental, São Borja/RS, com uma distância aproximada da capital do estado de 594 Km tem seus municípios limítrofes as cidades de Garruchos, Santo Antônio das Missões, Maçambará, Itaqui, Itacurubi, Unistalda e a cidade de Santo Tomé na Argentina. As BRs que margeiam o Município são as BR-285, BR-287 e a BR-472. Na Figura 01, pode ser observado a localização do Município de São Borja.

**Figura 01:** Localização do Município de São Borja.



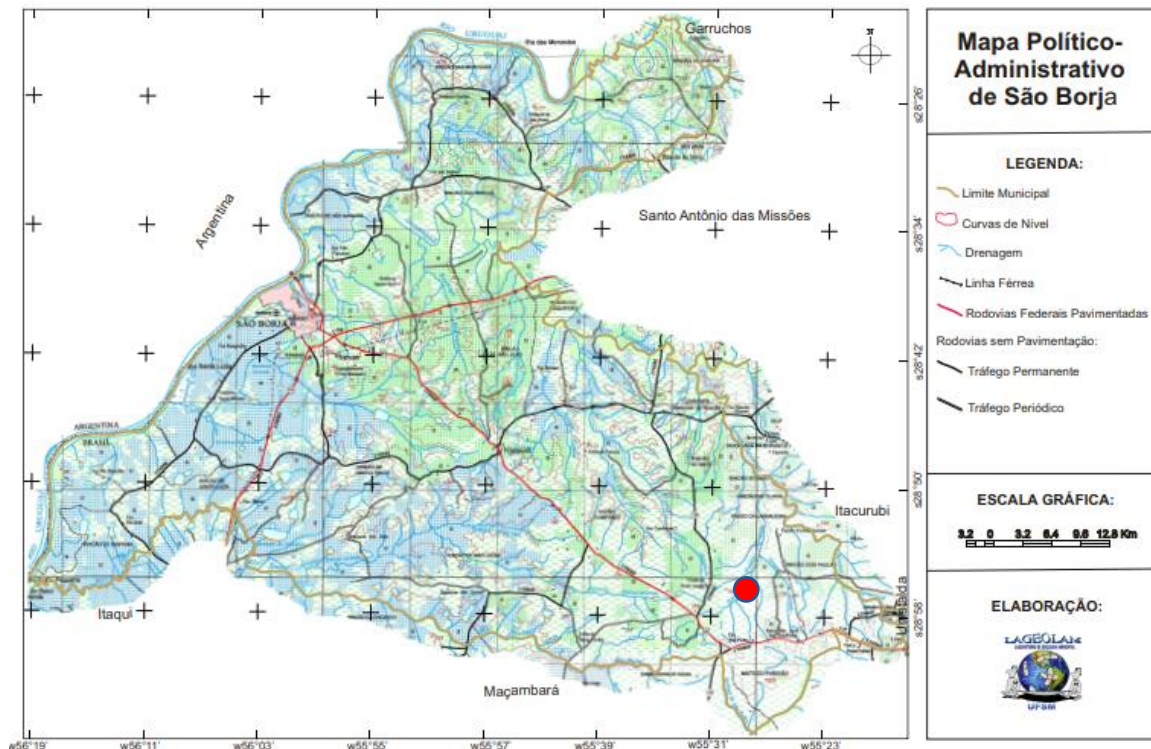
Fonte: AMFRO (2020).

Banhada pelo Rio Uruguai, o Município faz parte da bacia hidrográfica dos rios Butuí – Icamaguã. A hidrografia é diversificada com a presença de barragens, açudes, banhados e nascentes de arroio e sangas (ATLAS GEOAMBIENTAL, 2007).

Atualmente o Município é constituído por quatro distritos: São Borja, Nhú-Porã, Samburá e Sarandi. No mapa político administrativo de São Borja, verifica-se a localidade de Conde de Porto Alegre onde está situada a Agrovila Conde de Porto Alegre, pertencendo ao distrito de Nhú-Porã, distante à 75 km da sede do Município, sendo 60 km via asfalto pela BR-287 e o restante pela RS-167 e por estradas vicinais de terra e pedregulhos. Na Figura 02, podemos observar o Mapa Político-Administrativo de São Borja e, em destaque, o local da Agrovila Conde de Porto Alegre. Distante à 40 Km do Município de Unistalda/RS e à 80 Km do Município de Santiago/RS.

Tais distâncias demonstram a dificuldade enfrentadas para a comercialização dos produtos produzidos na Agrovila, bem como a questões de assistência técnica, deslocamento para compra de insumos e atendimento as demandas do assentamento.

**Figura 02:** Mapa Político-Administrativo de São Borja.



Fonte: Atlas Geoambiental (2007).

### 3.2 O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

O Programa Banco da Terra ocorreu em São Borja/RS entre os anos de 2000 e 2002, onde 97 projetos foram estudados para implementação, destes, 77 foram contratados. Os motivos da não execução em sua totalidade devem-se à fatores burocráticos no processo de compra das terras, como por exemplo, falta de negativas, averbação total da área, em processo de inventário, entre outros.

Os interessados em fazer parte do programa ficaram sabendo através da prefeitura municipal que, na época, tinha um espaço vinculado na emissora de rádio local e através de comentários de outras pessoas. De acordo com o Programa Banco da Terra, a escolha da área e o processo de compra deveria ser realizada pelos interessados. Entretanto, durante as entrevistas realizadas neste estudo, a realidade apresentou-se distinta do preconizado, as transações deste processo foram intermediadas pela Prefeitura. Através deste estudo, pode-se observar que o Programa Banco da Terra teve uma capilaridade por todo o Município, onde 13 localidades distribuídas pelos 4 distritos municipais foram contempladas, totalizando 1.254,26 hectares, como demonstrado na Tabela 03.

**Tabela 03:** Localidades do Programa implementados pelo Banco da Terra no Município de São Borja/RS.

<b>Localidades</b>	<b>Número de lotes e percentual ao quantitativo total</b>	<b>Área em ha por lote</b>	<b>Área total da localidade em hectares</b>	<b>Percentual em relação a área total</b>
Conde de Porto Alegre	25 (32,47%)	25 x 16,80	420,00	30,49%
Mato Grande	02 (2,59%)	1 x 15,70 1 x 17,00	32,70	2,43%
Mercedes	11 (14,28%)	1 x 12,80 2 x 13,00 1 x 15,00 3 x 13,00 1 x 22,00 3 x 22,70	182,90	12,19%
Rincão da Cria	06 (7,79%)	2 x 12,50 1 x 15,30 1 x 20,00 1 x 23,00 1 x 25,00	108,30	7,31%
Rincão de São Bento	01 (1,29%)	1 x 20,00	20,00	1,21%
Rincão de São João	01 (1,29%)	1 x 20,00	20,00	1,21%
Samburá	08 (10,39%)	2 x 14,00 2 x 14,40 1 x 15,00 2 x 20,00 1 x 20,40	132,20	13,41%
Santo Inácio	02 (2,59%)	1 x 13,20 1 x 21,00	34,20	2,43%
Santos Reis	04 (5,19%)	4 x 10,79	43,16	4,87%
São Pedro do Butuí	01 (1,29%)	1 x 25,00	25,00	1,21%
São Marcos	06 (7,79%)	5 x 15,00 1 x 20,00	95,00	7,31%
São Miguel	06 (7,79%)	1 x 13,00 2 x 13,50 1 x 18,40	58,40	7,31%
Timbaúva	04 (5,19%)	1 x 11,40 1 x 16,00 1 x 25,00 1 x 30,00	82,40	8,53%
<b>Total</b>	<b>77</b>		<b>1.254,26</b>	<b>100</b>

Fonte: Emater compilados pelo autor, (2020).

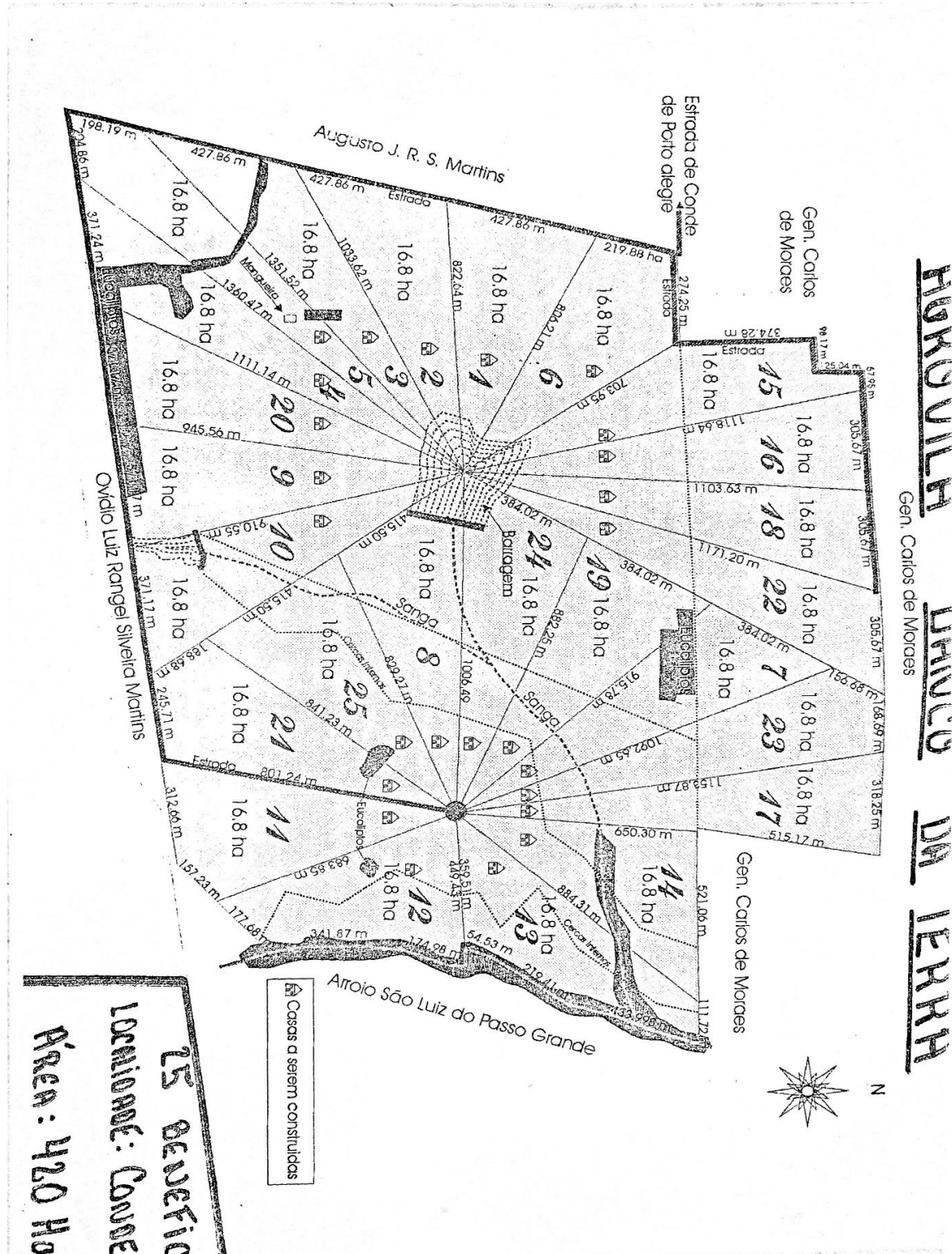
De acordo com a área total, a Agrovila Conde de Porto Alegre representa 30,49% sendo esta a maior quantidade de área do Município para o programa. Em relação ao número de famílias beneficiadas, as 25 contempladas representam 32,47% do total. Verifica-se que, em sua grande maioria, a quantidade de hectares que cada beneficiário teve direito está abaixo do módulo rural do Município que é de 20 hectares.

### **3.2.1 A Agrovila Conde de Porto Alegre**

Situada em uma área de 420 hectares, na localidade de Conde de Porto Alegre, no distrito de Nhú-Porã, distante à 75 km da sede do Município de São Borja, a Agrovila Conde de Porto Alegre foi constituída no ano de 2000. Composta inicialmente com 25 beneficiários, distribuídos igualmente com o mesmo quantitativo de área, com 16,8 ha e em 25 lotes conforme figura 03 abaixo.

Cada lote buscava ser equânime no quesito de acesso a água. Os lotes 1 ao 6, 8 ao 10, 15, 16, 18, 20, 22 e 24 convergem para uma barragem, já os lotes 25, 19, 7, 23, 17, 14 tinham acesso a uma sanga que corta a localidade. Os lotes 12 e 13, situados aos fundos da Agrovila, possuem acesso ao arroio São Luiz do Passo Grande. Os lotes sem acesso direto a água são os lotes de número 11 e 21, sendo estes “compensados” por uma área maior de banhado. A ideia era de que todos os beneficiários tivessem, dentro das possibilidades, as mesmas condições. Todos os lotes tinham acesso a estrada, fornecimento de água encanada e luz elétrica.

Figura 03: Croqui da área da Agrovila Conde de Porto Alegre



Fonte: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de São Borja (PMSB, 2019).



Cada beneficiário foi contemplado com uma área de 16,8 hectares, uma casa de madeira medindo 5x6 m<sup>2</sup>, acesso a água e luz elétrica. Quando da implantação da Agrovila, a questão da moradia, água e luz somente foram implementadas com o passar do tempo demonstrando à dificuldade em que as pessoas vivenciaram. Nos primeiros tempos tiveram que ficar acampados em galpões cedidos pelos vizinhos. O acesso a estradas, no início, muitos não tinham, era apenas campo. As divisões estavam demarcadas por balizas, apenas no fundo dos lotes é que havia cercas construídas pelos antigos proprietários e lindeiros.

Em 2003 foi constituída uma associação de beneficiários denominada como Associação dos Pequenos Agricultores da Agrovila Bom Jesus – ASPROVILA. Entretanto, salienta-se que não houve a adesão de todos os beneficiários, porque alguns não acreditavam nos benefícios que esta podia vir a proporcionar. De acordo com o estatuto da ASPROVILA, os objetivos eram:

- a) Difundir a cultura através de reuniões, círculos de estudos, assembleias, conferências, debates, cursos de capacitação comunitária, profissionalizante e de alfabetização;
- b) Encaminhar as reivindicações da comunidade aos poderes públicos, e a todas as esferas administrativas;
- c) O estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados;
- d) Aprimorar a consciência e a capacidade técnico profissional dos associados e dirigentes;
- e) Organização mercadológica dos insumos e da produção dos seus associados;
- f) Promoção de condições para ganhos de escala e maior acesso dos associados a crédito rural, e aos serviços governamentais;
- g) Aquisição e uso coletivo de máquinas e equipamentos, tanto próprios como públicos;
- h) Venda em conjunto dos produtos agropecuários produzidos pelos associados respeitando a produção individual e a produção coletiva, sempre considerando o espírito coletivo objeto da associação;
- i) Atuar junto as instituições oficiais e particulares pleiteando a obtenção de recursos para aplicação em suas atividades econômica e sociais;
- j) Prestar assistência técnica ou orientação tecnológica, diretamente à produção dos associados, sempre que possível, em estreita colaboração com órgãos públicos atuantes no setor;
- l) Manter serviços de cadastro dos produtores e principais mercados;
- m) Explorar direta ou indiretamente as atividades comerciais, visando obter maiores rendimentos;
- n) A Associação efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro;
- o) A Associação criará tantos departamentos e seções quanto se fizerem necessários a juízo da diretoria ou assembleia geral;
- p) Adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, para fornecimento a seus associados, bens de produção e consumo;
- q) A Associação promoverá convênios com entidades municipais, estaduais e federal públicas e privadas visando o encaminhamento de projetos e promoção de campanhas de modernização dos meios de produção;
- r) Transporte e comercialização em comum das produções de seus associados no mercado local, estadual, nacional e internacional, visando o maior e melhor aproveitamento dos recursos financeiros;



s) Transportar ou fazer transportar, do local da produção para as dependências, a produção de seus associados e desta para aqueles, os insumos e materiais que necessitam (ESTATUTO SOCIAL – ASPROVILA, 2003, p. 1-2)

Para fazer parte da Associação somente eram admitidos aqueles que tivessem suas áreas abrangidas na Agrovila Conde de Porto Alegre. Um dos beneficiários cedeu uma área para a construção da sede social da Associação onde realizava-se as reuniões e eventos da comunidade. Diferentes cursos de capacitações foram oferecidos aos associados, entre estes cita-se: curso de pastoreio rotativo, manejo de cerca elétrica, gestão rural básico, apicultura, manejo de pastagens todos ofertados pela Emater e o SENAR.

Foi através da Associação que o executivo municipal firmou um termo de permissão de uso de uma patrulha agrícola. Atualmente a ASPROVILA não está em funcionamento, existe no papel, mas não foi dado baixa junto aos órgãos competentes, está em situação irregular. Portanto, sua sede foi destruída, pois a área foi vendida para um terceiro, não beneficiário do programa banco da terra.

Todos os beneficiários são oriundos do município de São Borja, de diferentes localidades do interior. A grande maioria não conhecia o lugar onde foram morar nem quem seriam seus vizinhos.

As crianças e jovens em idade escolar que residiam no acampamento estudavam na Escola Estadual Técnica Encruzilhada que está situada na vila de Encruzilhada, no Município de Maçambará, distante a cerca de 20 Km da Agrovila. A escola oferece o ensino fundamental, ensino médio e o técnico rural integrado ao ensino médio. No modelo integrado ao ensino médio os alunos podiam permanecer na escola, de segunda a sexta-feira, onde, além do ensino é oferecido alojamento e alimentação. O transporte era realizado através de ônibus escolar que, diariamente, buscava e levava os alunos. Em dias de chuva, dificilmente havia transporte, pois as estradas não apresentavam condições adequadas. Atualmente três crianças da Agrovila estão em idade escolar e que utilizam e precisam do transporte.

Os moradores da Agrovila Conde de Porto Alegre recebiam assistência médica através de uma unidade móvel de saúde oferecida pela Prefeitura Municipal de São Borja que realizava visitas a comunidade obedecendo um roteiro que atendia o interior do Município. Esta unidade móvel era um ônibus adaptado para o atendimento à saúde, composto, geralmente de um médico, um dentista, enfermeiro e um agente comunitário. Atualmente estes serviços não são mais ofertados para a Agrovila, devido ao baixo quantitativo de pessoas residentes. Quando os atuais moradores necessitam realizar uma consulta médica ou odontológica devem se deslocar até a sede do Município ou ir onde a unidade móvel encontra-se mais próxima.

No início, as informações e avisos eram feitas, quase que exclusivamente através de programas de rádio, onde os moradores ficavam sabendo dos futuros encontros, dia da assistência à saúde, dia da missa, enfim, diferentes informações eram repassadas através desse meio de comunicação. Ainda hoje é bastante utilizado esta forma de comunicação aliado ao uso do telefone celular, que nem sempre capta o sinal.

O transporte sempre foi um problema para os moradores, devido à distância da sede do Município e as precárias condições das vias de acesso a Agrovila, onerando custos, dificultando o escoamento da produção, o acesso ao mercado para compra e venda de produtos. No início havia uma empresa que realizava o transporte de passageiro através de uma linha regular, mas no decorrer do tempo a empresa parou de oferecer o serviço alegando altos custos e pouca demanda.

No começo, as atividades produtivas desenvolvidas na Agrovila foram basicamente o plantio da soja e a criação de gado, pois muitos tinham esta experiência. No entanto a produção de soja demonstrou-se inviável devido ao alto custo de implantação da cultura, solo ruim ocasionando baixa produtividade, condições climáticas adversas, máquinas e implementos nem sempre disponíveis e a pouca quantidade de área. Muitos trouxeram esta ideia de plantar soja, pois vieram de uma região onde esta prática é dominante e acharam que poderiam implementar também. Outros optaram em criar gado de corte mas devido à escassez de área e solo exaurido por plantações anteriores e mau uso esta prática mostrou-se não viável comercialmente e sim apenas para subsistência.

Tais sistemas de produção, ditos convencionais, não são adequados ao tamanho da propriedade, às condições de solo e de clima, segundo informações de técnico da Emater. A atividade leiteira foi outra alternativa visualizada, mas que também, no decorrer do tempo, não prosperou. Houveram iniciativas de cultivo de hortifrutigranjeiros, confecção de artesanatos, doces e pães caseiros como maneira de diversificação, no entanto, devido a distância da sede do Município, a colocação destes produtos no mercado e sua comercialização não foram adiantes.

## 4 METODOLOGIA

Esta dissertação, tem como foco um estudo sobre o Programa Banco da Terra implementado no Município de São Borja/RS, especificamente sobre a Agrovila Conde de Porto Alegre. As entrevistas e as visitas *in-loco* foram realizadas no período de maio a julho de 2020, adotando os cuidados necessários em virtude da pandemia Covid-19. Os procedimentos adotados foram o distanciamento social, uso de máscara e viseira e o uso de álcool em gel de acordo com as normativas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Foram entrevistados diferentes atores, que de uma maneira ou outra, participaram da implementação do BT como a Emater, Prefeitura Municipal de São Borja/RS e os beneficiários. Para tanto, a metodologia de escolha foi desenvolvida através de uma pesquisa quali-quantitativa.

Realizou-se um estudo de caso através de entrevistas semiestruturadas no Apêndice com beneficiários, ex-beneficiários do programa, arrendatários e pessoas envolvidas no processo de implementação que representavam alguma instituição pública. Para tanto, foi realizada, inicialmente, um contato telefônico com os envolvidos marcando dia e horário. Dos quatro beneficiários e ainda moradores, foram realizadas contato telefônico com todos, no entanto, a entrevista e visitas foram com três, pois para com um deles, embora sendo agendado previamente, não foi possível o encontro. Também foram realizadas pesquisas em documentos e visitas *in loco*.

Para uma melhor visualização e entendimento, as entrevistas realizadas serão apresentadas respeitando a identidade dos mesmos e em formato alfanumérico, ficando assim denominadas:

- **Entrevistado A** – Beneficiário do programa
  - A1 – Beneficiário do programa e atual morador.
  - A2 – Beneficiário do programa e atual morador.
  - A3 – Beneficiário do programa e atual morador.
- **Entrevistado B** – Ex-beneficiário do programa
- **Entrevistado C** – Ligado a Emater.
- **Entrevistado D** – Ligado a Prefeitura Municipal de São Borja à época da implementação do programa.
- **Entrevistado E** – Ex-arrendatário de um dos lotes.

Considerando Minayo (1994, p. 22-23), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Assim, a pesquisa qualitativa não se atém com a representação numérica, sendo “de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009).

Cardano conceitua a pesquisa qualitativa como “uma forma peculiar de fazer pesquisa social, reconhecível por dois traços distintos: o privilégio concedido de uma observação mais próxima e o empenho em adaptar os próprios procedimentos de construção e análise do dado às características do objeto” (2017, p.52). Para o mesmo autor, na pesquisa quantitativa os dados podem ser quantificados, analisados numericamente. Ao utilizar a pesquisa quali-quantitativa objetiva-se conseguir mais informações do que se fosse realizado isoladamente.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, que segundo Gil é uma modalidade de pesquisa que permite a investigação de fenômenos sociais contemporâneos dentro de um contexto real (2010). As etapas do planejamento do estudo de caso têm um delineamento mais flexível em comparação com outros tipos de delineamentos, podendo se for preciso sofrer alteração na etapa seguinte para melhor adequação de estudo, sendo a entrevista como uma boa técnica de coleta de informações (GIL, 2010).

Uma parte da pesquisa utilizou-se da pesquisa documental, através da consulta de documentos mantidos em arquivos de órgãos públicos como a EMATER e Prefeitura Municipal de São Borja, tais como: dados sobre os beneficiários, quantidade total de terra adquirida e quantidade disponibilizada para cada beneficiário, valor investido, infra-estrutura disponibilizada, condições de acesso, ano de contratação do programa, entre outros. Para Gil (2010, p. 122) as principais fontes documentais são: “(1) documentos pessoais; (2) documentos administrativos; (3) material publicado em jornais e revistas; (4) publicações de organizações; (5) documentos disponibilizados pela Internet; (6) registros cursivos; e (7) artefatos físicos e vestígios”.

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, pois se utilizam de dados já existentes, porém diferenciam-se quanto à natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material desenvolvido por autores no intuito de ser lido por público específicos, a pesquisa documental utiliza-se de vários tipos de documentos, elaborados para diferentes propósitos (GIL, 2010). A pesquisa baseou-se também das informações fornecidas pelos beneficiários do programa, sendo as entrevistas realizadas no período de maio e julho do ano de 2020.

O autor desse trabalho utilizou também da pesquisa bibliográfica, buscando informações de material publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos disponibilizados

pela Internet. A principal vantagem de utilizar da pesquisa bibliográfica é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010).

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, são apresentados os resultados da coleta de dados e da pesquisa realizada com os envolvidos no projeto (entrevistados C e D), ex-arrendatário (entrevistado E), ex-beneficiário (entrevistado B) e beneficiários (entrevistados A1, A2 e A3) do Programa Banco da Terra da Agrovila Conde de Porto Alegre situada em São Borja/RS.

Sabe-se que o programa foi implementado no início dos anos 2000 em uma região situada a 75 quilômetros do Município, em uma área de 420 hectare, onde 25 famílias foram contempladas cada uma com 16,8 hectares. Verifica-se que o quantitativo de área para cada beneficiário ficou abaixo da medida do módulo rural do Município que é de 20 hectares.

### 5.1 PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA BANCO DA TERRA

#### **Um sonho que se tornou realidade. E agora?**

O Programa Nacional de Crédito Fundiário Banco da Terra oportunizou a um grande número de agricultores com ou sem terra sonhar em ter um pedaço de terra, onde poderiam acessá-la mediante pagamento futuro. Tal afirmação fica clara pelo número de inscritos em participar do Programa Banco da Terra e suplentes, especificamente na Agrovila Conde de Porto Alegre de acordo com o entrevistado D.

A proposta inicial ao implementar o BT no Município era, de acordo com a PMSB e especificamente a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SMADR, de buscar áreas de terras maiores e que fosse possível beneficiar o maior número de famílias em uma mesma área. Tal preposição visava facilitar a assistência técnica e social, pois concentraria em um só lugar um grande número de pessoas proporcionando uma série de benefícios para as entidades que estavam participando e, naturalmente, para os beneficiários.

Em reportagem vinculada no jornal da cidade de São Borja da época (FOLHA, 2003, p.02):

O programa Banco da Terra, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Governo Federal, beneficia pequenos agricultores que se enquadram no Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf. O Objetivo do Banco da Terra é financiar a compra de imóveis rurais e também a implantação da infraestrutura básica ao funcionamento da propriedade. Ao idealizar a Agrovila Conde de Porto Alegre, o primeiro assentamento do estado, através do Banco da Terra, a secretaria tornou-se pioneira em programas de assentamento organizado. Além disso, a Agrovila hoje **serve de modelo para o Rio Grande do Sul, e para o país**, (grifo meu) de como realizar a reforma agrária com organização e seriedade, pois oferece infraestrutura

básica com poços artesianos, rede de luz e água, transporte escolar, estradas e posto de saúde.

Sobre a reportagem não foi possível verificar se o programa Banco da Terra implementado na Agrovila Conde de Porto Alegre foi de fato o primeiro assentamento do estado. Salienta-se que, em momento algum, os entrevistados fizeram alusão sobre isto, inclusive o próprio entrevistado D, representante da prefeitura municipal de São Borja. Quando menciona que a secretaria “tornou-se a pioneira em programas de assentamento organizado”, na prática e de acordo com relatos não foi isto que aconteceu.

Continua a reportagem afirmando que a Agrovila Conde de Porto Alegre serve como modelo para o estado do Rio Grande do Sul e país de reforma agrária. De acordo com os dados levantados, evidencia-se que tal reportagem tinha mais um cunho político e vender uma imagem que tudo estava indo muito bem, e que, tal modelo realmente funcionava. Termina apontando os benefícios oportunizados aos beneficiários como poços artesianos e que, na verdade, foi efetivado apenas um e que demorou para ser concretizado. Quando aponta posto de saúde, também não condiz com a verdade, o que era oferecido, e obedecendo um cronograma da PMSB, era uma unidade móvel de saúde.

Percebe-se que na reportagem não foi mencionado nada a respeito de sistemas produtivos e o que os beneficiários estavam fazendo para se manterem financeiramente. Parece que tal reportagem queria vender algo para a sociedade, que a PMSB estava fazendo sua parte, e que o restante teria que ser, por conta e risco dos beneficiários, como buscar fonte de receitas, determinar um sistema produtivo, entre outros.

Ao atender um maior número de famílias a PMSB teria ganhos relativos à movimentação de maquinários, meios de transporte e assistência à saúde, por exemplo, pois diminuiria seus custos e atenderia um maior número de pessoas. No início tais premissas foram alcançadas, no entanto, no decorrer do tempo acabaram por serem praticamente esquecidas.

Segundo dados levantados com o entrevistado D, ligado a PMSB:

Quando estudamos sobre o projeto, eu inicialmente associei ao meu modo de vida de onde eu saí, da minha família e, através desta vivência que me trouxe esta grande imaginação de um modo diferente de reforma agrária. Eu sempre critiquei o modelo tradicional de reforma agrária, político, sem base, atirado as traças. Eu acompanhei movimentos, aqui na região, desta chamada reforma agrária tradicional. Eu queria tanto ver um projeto real de reforma agrária, e, no programa BT, vislumbrei que poderia ser possível esta nova forma.

Percebe-se que, na visão do entrevistado D, não houve uma discussão mais aprofundada sobre o projeto BT, não ocorreu um planejamento sobre qual (ais) sistemas produtivos

implementar, um estudo de viabilidade econômica, não foram ouvidos os agricultores, suas ideias, sugestões. Parece que a elaboração de projetos produtivos, como o projeto da bacia leiteira, não ocorreu antes da compra do imóvel e, sim, após. Em nenhum momento foi comentado sobre laudos técnicos sobre a qualidade do solo e possíveis deficiências encontradas. Os dados demonstram que foi algo impositivo de “cima para baixo”. O fato de o entrevistado D ter formação em agronomia e ter conhecimento de outros projetos, achava que suas ideias seriam implementadas e seguidas. Por ter esta formação, as assinaturas dos projetos iam com a sua chancela, até para tornar mais célere a tramitação dos projetos.

Entre os anos de 2001 e 2003 o programa BT instituído em São Borja teve muita visibilidade. De acordo com o entrevistado C, ligado à Emater, “tinha muita gente querendo vender propriedades rurais, em diferentes lugares e de diferentes tamanhos e preços”.

No Município de São Borja foram implementados 77 projetos do programa BT, sendo 25 na Agrovila Conde de Porto Alegre, totalizando 32,5% do total, a maior concentração em um só lugar. Na Figura 04 temos uma imagem do acesso principal para a Agrovila. Os demais projetos, 67,5% foram pulverizados em diferentes localidades do interior do Município, em pequenos grupamentos de 2 a 5 famílias.

Questionado sobre o porquê do termo Agrovila, o entrevistado C disse desconhecer sua escolha, até porquê nesta região não é muito usual e vai contra o que o termo realmente significa. Para Ormond (2006) o significado do termo agrovila consiste num:

Núcleo de povoamento, formado geralmente por pequenos agricultores e suas famílias, com serviços integrados de comunidade, planejado e construído para abrigo e prestação de assistência técnica à produção e à comercialização de produtos agrícolas e/ou artesanais por eles produzidos (ORMOND, 2006, p.23).

Para o entrevistado C, o BT surge com a “ideia de contrapor as desapropriações do INCRA e contra a linha do MST”. O entrevistado D coloca que:

O programa BT era um projeto sensacional, pois ele financiava a terra a longo prazo, enquanto isso o produtor tinha a posse da terra e, antes ainda, realizava o mais importante a rastreabilidade, a capacitação do candidato a ser beneficiado. Não adianta dar terra para “vagabundo” como tem neste Brasil afora. Oferecia a terra para as pessoas que realmente queriam nela e dela viver. Pessoas que tivessem aptidão, aquele lado emocional com a terra.



**Figura 04:** Vista do acesso para a Agrovila Conde de Porto Alegre



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

Na fala do entrevistado D, um dos idealizadores do projeto, quando menciona “capacitação do candidato a ser beneficiado” em momento algum isso foi oferecido aos futuros beneficiados, em nenhuma das entrevistas foi declarado que houve tal preocupação. O processo de seleção não foi realizado de maneira condizente com as diretrizes do programa BT. De acordo com os relatos, houve

precipitação no encaminhamento do projeto. Tinha mais cunho político, de aproveitar o momento, da facilidade ao acesso aos recursos financeiros que ia contra a reforma agrária tradicional e de mostrar como se faz uma reforma agrária correta, eram estes alguns motivos de implementar, de maneira rápida, o programa em São Borja/RS.

O Programa Banco da Terra era um instrumento que visava, por um lado, deslegitimar e esvaziar o instrumento de desapropriação, chamado de “modelo tradicional” e, por outro pleitear pela base a demanda por imóvel rural com os movimentos sociais do campo (DA ROS, 2008). O entrevistado D coloca que houve sim uma grande mobilização em torno do Programa e, a própria questão política influenciou no processo. Menciona-se o fato que o governo do estado então era contrário à esta modalidade, e a PMSB era oposição ao governo estadual.

Para quem quisesse fazer parte do programa BT inicialmente tinham que atender aos pré-requisitos do programa. Os beneficiários do programa seriam os trabalhadores rurais que não possuíssem terra e que fossem, preferencialmente, assalariados, posseiros, parceiros e arrendatários, que comprovassem cinco anos de atividades agropecuárias no mínimo. Poderiam

ainda ser beneficiários os mini fundiários com terra insuficiente para garantir o sustento da família (PEREIRA, 2004). De acordo com o relato do entrevistado D:

Fizemos o projeto, e então começamos a organizar de como ele deveria funcionar. Criamos um conselho municipal de desenvolvimento rural que chancelaria as pessoas que seriam beneficiadas. Os membros que faziam parte deste conselho eram a Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria do Estado da Agricultura, FEPAGRO, IRGA, Emater, Sindicato Rural, congregava todo o setor agrícola para análise das fichas cadastrais de cada pessoa que fosse a ser beneficiada, além de preencher as determinações do programa BT, enfim pessoas que tivessem habilidade em trabalhar com a terra. Esta avaliação foi feita com a ajuda destes técnicos destas instituições.

Após a análise da documentação apresentada pelos interessados era realizada a seleção dos candidatos pelo conselho municipal de agricultura do Município que constatava nomes dos pré-selecionados e uma lista de suplentes. Então dava-se continuidade ao projeto que consistia em encontrar a terra para aquisição e posterior assentamento dos selecionados.

O processo de seleção era bastante subjetivo, pois bastava o candidato mencionar alguma habilidade, que seu nome era pré-selecionado, isto fica evidente no depoimento do entrevistado A1, beneficiário do Programa e atual morador na Agrovila:

Eu era de outro Município, e como tinha experiência com gado leiteiro, era *inseminador*, eles acharam que eu era candidato, pois queriam colocar uma bacia leiteira no Município. Achavam que eu poderia dar ensinamentos para os demais.

Durante o sorteio público, realizado na sede da Câmara de Vereadores de São Borja/RS foram contemplados 25 candidatos e 25 suplentes para irem conhecer a propriedade em Conde de Porto Alegre. Verifica-se que não foi mencionado o documento carta consulta, onde deveria constar diversos dados sobre os candidatos. O que ocorreu, conforme os relatos, foi uma análise dos candidatos tendo como base a relação de amizade e indicação dos conselheiros. Na visão do entrevistado D aquele projeto seria ideal, uma vez que:

Financiava a terra e o investimento necessário para desenvolver à atividade produtiva sob aquela terra e, com condições de pagamento e com a devida assistência técnica. Foi disponibilizado, além da terra, moradia, água, luz e condições de acesso. O programa BT em São Borja previa que cada beneficiado poderia ter até 20 hectares de terra, suficiente para uma família viver dignamente e economicamente bem, se for gente da terra, com habilidade, que soubesse tratar a terra como deveria. Para que isso ocorresse era preciso dar condições para sua realização para as pessoas não ficarem “atoa” naquele espaço, era preciso dar orientação. Foram realizados, no total, 97 projetos para o programa BT, 25 na Agrovila Conde de Porto Alegre. Sempre busquei, e brigava por isso, era que o BT tinha que comprar áreas maiores, para beneficiar um maior número de pessoas e implementar um projeto coletivo. Era contra, por exemplo, de comprar uma área de 20 ou 30 hectares e beneficiar uma ou duas famílias se, com a compra, estávamos “expulsando” uma família do campo.

Quando o entrevistado D menciona que “foi disponibilizado moradia, água, luz e condições de acesso” não foi exatamente assim que aconteceu. De acordo com relatos dos beneficiários, quando lá chegaram não havia uma mínima estrutura. Apenas a terra, dividida por lotes e sinalizadas por balizas e mais nada. Demandou um tempo para que moradia, água, luz e vias de acesso fossem implementadas, isso foi acontecendo com o passar dos anos.

Dos 97 projetos iniciais encaminhados para análise e que, poderiam fazer parte do Programa Banco da Terra, 77 foram de fato implementados no Município de São Borja/RS. Aqueles que não foram aprovados foram devido a inconsistência de documentação junto as partes envolvidas. Para os entrevistados, em momento algum, foi mencionado que os interessados escolheram a área da Agrovila e, sim foi uma indicação da SMADR, onde levaram os pré-selecionados para olhar o território e dizer se aceitavam ou não. Nenhum dos entrevistados mencionou o fato de conhecer a área anteriormente ao processo de aquisição, foram convidados para conhecer o lugar e então decidir se queriam nela permanecer. Por falta de opções de outros lugares e por vislumbrarem a possibilidade de ter um pedaço de terra, muitos aceitaram.

Segundo o programa, o processo de procura para posterior aquisição das terras era realizada pelos beneficiários que, quando encontrasse uma área, encaminharia a documentação para a análise dos órgãos envolvidos no processo. Segundo o entrevistado A1 “fiquei sabendo através da PMSB, ela que formou um grupo de possíveis interessados”. Para o entrevistado B, ex beneficiário, também afirma que foi através da PMSB que ficou sabendo deste programa “foi através da prefeitura municipal que fiquei sabendo do programa. Foram pessoas da prefeitura que me convidaram para fazer parte do programa, isso foi no ano de 2000”.

O entrevistado A2, beneficiário e atual morador na Agrovila afirma que:

Fiquei sabendo do programa através do rádio. Fui na prefeitura junto a secretaria da agricultura e me inscrevi para fazer parte. Depois fizeram um sorteio de 50 pessoas, 25 titulares e 25 suplentes. Eu fui o quarto suplente a ser chamado e fui contemplado com o lote de número 17 que é este aqui. Depois levei toda a documentação que pediam e esperamos quase um ano para vir para cá.

Nota-se que a prerrogativa do programa BT em que os interessados em participar do programa deveriam procurar a terra para posterior aquisição, neste estudo específico, não foi realizado. Percebe-se que foi a PMSB que “escolheu” a área e depois apresentou para os possíveis interessados. Tal procedimento não contentou alguns sorteados, que, ao conhecerem a área, logo abriram mão e passaram seu lote para os suplentes.

Na seleção dos beneficiários, e de acordo com os dados coletados, em nenhum momento ficou claro o processo de seleção. A relação pessoal com algum dos conselheiros, uma indicação política favoreceu a escolha de alguns em detrimento de outros. Tal situação fica evidente no depoimento do entrevistado A2:

A seleção das pessoas não funcionou, deveriam ter feito melhor. Deveriam ter feito uma seleção com pessoas que tivessem o bloco de produtor, que já trabalhavam com a terra. As pessoas apenas se inscreviam sem ter conhecimento, **era indicação política** (grifo meu). Teve um dos contemplados que foi indicado para fazer parte do programa para cuidar se os outros não iam roubar na redondeza, **foi o prefeito que mandou** (grifo meu), a pedido de um fazendeiro grande da vizinhança. A desconfiança dos vizinhos era grande, teve um produtor que comprou oito cachorros para vigiar a propriedade, outro encheu de alarmes e câmeras de vigilância, as porteiros todas com cadeado, acharam que nós eramos ladrões.

Quando coloca que “a desconfiança dos vizinhos era grande” demonstra que o olhar para com os assentados não era das melhores. Por ser uma região de grandes proprietários de terra, viam estes assentados como uma ameaça, refletindo o pensamento de muitos.

Nunes (2006), aponta que para ter acesso ao programa, os agricultores deveriam preencher, inicialmente, um documento denominado Carta Consulta e enviá-lo ao Conselho Municipal (agricultura ou desenvolvimento rural). Sendo este documento aprovado, que era um projeto de financiamento, elaborado por profissional capacitado, deveria então ser encaminhado à agência estadual do Banco da Terra. Salienta-se que os candidatos ao financiamento se responsabilizariam pela escolha da área bem como pela negociação do preço para aquisição. Em nenhum momento das entrevistas, os entrevistados informaram sobre o documento carta consulta, e sim apenas que colocavam seu nome em uma lista e se eles atendiam à alguns pré-requisitos.

Para o entrevistado A1 nem todos tinham o perfil para assumir o lote, tinha gente que não poderia ter vindo para cá. Por exemplo, os agricultores contemplados:

Não poderiam ter mais do que 45 anos, pois são 20 anos para pagar a terra e, a pessoa, estaria com 65 anos. Teve gente com 60 anos que foi contemplado, como que ia pagar com esta idade? Ninguém era das proximidades, todos eram de “longe” dessa área. Um dos contemplados era cego.

O programa Banco da Terra viabilizava a aquisição de terras por agricultores, familiares sem-terra ou com pouca terra. O objetivo do programa era financiar a aquisição de terras e a execução de obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de 20 anos (NUNES, 2006). Em nenhum momento, o programa BT, menciona sobre a idade máxima que os interessados poderiam participar.

Em relato do entrevistado D:

Então, surgiu esta área maior, de 420 hectares que vislumbrei como algo possível de implementar num sistema de cooperativismo. Levamos os interessados para olhar a área, lembro bem, fomos de ônibus. **Uma área excelente** (grifo meu), com uma grande barragem no centro e uma terra boa ao seu entorno para produção agrícola. O projeto inicial consistia em realizar uma bacia leiteira, pois este foi uma das alternativas que melhor se encaixava para aquela área. A produção de hortifrutigranjeiro era inviável, muito distante da cidade, plantar soja, era pouca área para cada um, criação de suínos e aves também era muito longe dos centros de abate e sistema de integração com empresas. Firmamos uma parceria com uma empresa do ramo de laticínios para ir buscar o leite no início. A ideia era, no decorrer do tempo, construir uma agroindústria para beneficiar o leite e produzir os subprodutos dele. Eu sou egresso do cooperativismo, logo que me formei fui trabalhar em uma cooperativa e entendi o que era uma cooperativa na sua essência. Esta cooperativa trabalhava com insumos, produção até a comercialização dos produtos. Foi com esta visão do cooperativismo, e por ser áreas pequenas que tive a pretensão de implantar um modelo semelhante em São Borja, e especificamente na Agrovila Conde de Porto Alegre. Uma grande Agrovila, um condomínio rural, este era meu sonho. Adotamos este nome, porque tenho parentes no Paraná, **e este modelo funciona muito bem** (grifo meu), eram sucedidos por lá. Porque não adotar algo semelhante em São Borja? Aí que surge o projeto da Agrovila.

Acima, é possível perceber que a ideia de realizar uma bacia leiteira na Agrovila foi algo bem pessoal do entrevistado D. Nas entrevistas, os beneficiários não comentam sobre o projeto do leite como algo que se iria iniciar de imediato. Muitos ficaram sabendo depois de instalados e foram convidados a participar. Por falta de opção e com a promessa de recursos para investimentos e para a aquisição de animais, muitos optaram em participar de tal projeto.

A área escolhida para a implementação do projeto não era “excelente” como diz o entrevistado D. Dos 25 lotes, e de acordo com o entrevistado C, apenas dois ou três, eram consideradas terras em condições de iniciar um sistema produtivo adequado, os demais tinham áreas com pedra, muito dobradas, muito úmidas, com processo de erosão e exauridas pelo mau uso no decorrer do tempo. Aponta ainda que para produzir precisaria de “10 a 12 toneladas de calcário por hectare”. Não soube informar se isto ficou claro para os interessados.

De acordo com o entrevistado D, a ideia inicial era formar naquele local uma pequena cooperativa:

O que o meu grupo estava pensando, e uma pena que não deu certo, e este foi o erro ao meu ver, de não continuarmos com esta ideia inicial, formar uma pequena cooperativa. Queríamos deixar um espaço de 2 ou 3 hectares para construirmos ali uma Agrovila. Neste local todos teriam um pequeno terreno, onde seria feito as casas, uma construção para a associação, água, luz, espaço para uma pequena horta para cada um, enfim, este era meu sonho. Seria uma pequena vila dentro de um espaço maior, uma comunidade. Facilitaria o transporte, a assistência técnica, o atendimento à saúde. Morariam nesta vila e teriam seus pedaços de terra no entorno, seria uma maravilha. Onde cada um plantaria sua forrageira, teria seu gado, teria um tambo completo coletivo com ordenhadeira e resfriador. A sustentação econômica seria da produção leiteira, essa era nossa ideia. Ficou conhecido com projeto “Ouro Branco”. Tal projeto

não fluiu pois tive muita resistência dentro da prefeitura, era basicamente eu que acreditava neste modelo e tinha os demais que não acreditavam, logo não apoiavam. Enfrentei “n” problemas, não disponibilizavam patrôas para fazer e arrumar as vias de acesso, não cediam o maquinário para arrumar e ampliar a barragem, sempre tinham uma desculpa, vereadores fazendo críticas. Ficou inviável, por estas e outras que logo depois saí da esfera pública.

Deixei alinhado diversas parcerias, como exemplo cito com a Fepagro, onde a ideia era que o filho ou filha do agricultor iria realizar estágios na estação da Fepagro de São Borja e depois aplicaria este conhecimento na propriedade de seus pais. O papel da Emater seria de extrema importância com uma assistência constante, mostrando o caminho. Outra parceria foi com a Pontifícia Universidade Católica - PUC/Uruguiana que capacitariam as pessoas para trabalhar com a agroindústria e produzir queijos, iogurtes, etc.

A ideia do entrevistado D e do seu grupo era “formar uma pequena cooperativa”. Em nenhum depoimento foi constatado sobre tal preposição, demonstrando que os candidatos e possíveis beneficiários não estavam a par dos projetos, demonstrando a real falta de participação efetiva dos interessados. Quando afirma que “este modelo funciona muito bem” percebe-se que foi tentando implementar o modelo cooperativista mais como uma prerrogativa pessoal. Não é porque tal modelo deu certo em determinada região, necessariamente fosse dar certo em outro. Também, fica evidente, que o entrevistado D não conseguiu vender sua ideia para os demais integrantes da PMSB. Em relação as possíveis parcerias apontadas com a Fepagro e a PUC, não saíram do papel.

## 5.2 FACILIDADES E DIFICULDADES ENFRENTADAS

Neste tópico serão apresentadas as facilidades e dificuldades enfrentadas pelos beneficiários do Programa Banco da Terra na Agrovila Conde de Porto Alegre. Foram diversas as dificuldades passadas no decorrer do processo de implementação e assentamento. As facilidades apontadas ficam longe das dificuldades.

### **Infraestrutura**

Nas palavras do entrevistado A1, no início:

Aqui não tinha nada, nem casa, nem água, nem acesso para todos os lotes, nem cerca, nem uma árvore, vim para cá no campo aberto. Cada lote estava apenas assinalado apenas com marcadores/balizas. Cada lote foi contemplado com uma casa, no entanto estas casas demoraram de três a quatro meses para ficarem prontas. Neste período ficamos acampados em um galpão cedido por um dos beneficiários que havia construído com recursos próprio. Assim que a casa ficou pronta, nos mudamos. Lembro que naquele mês de maio de 2002 era uma chuvurada, e mesmo assim, nos mudamos assim que a moradia ficou pronta.

Verifica-se que, todos os entrevistados passaram por tal dificuldade. Após serem contemplados com os lotes e “liberados” para se instalarem, a grande maioria não tinha as condições mínimas de infraestrutura para começarem uma nova vida. Para o entrevistado A2:

Fui o segundo morador a vir para cá. Ficamos um ano e meio sem luz e água, construí um galpão onde ficamos acampado até fazerem a casa. Lembro que nesta área, o que mais tinha era cupim e não tínhamos nenhum trator para desmanchar, derrubei muito cupinzeiro com picão. Viemos eu, minha esposa e os dois filhos, um com 12 anos e o outro com 6 anos. Me ajudaram muito.

Não tinha sombra alguma, puxei uma lona no costado do galpão para ter um pouco de sombra. Tomávamos banho na sanga e água para beber e cozinhar pegávamos em uma vertente. Uns dias depois fiz um poço de balde. Os primeiros moradores, muitos ficaram acampados conosco, pegavam água do poço, nós se ajudava um ao outro.

No relato do entrevistado A3, beneficiário e morador na Agrovila:

Viemos para cá um ano e pouco depois dos primeiros assentados. A pessoa que, inicialmente veio, não ficou e como éramos suplentes fomos chamados. Quando chegamos aqui, já tinha a casa e os lotes estavam marcados com cerca elétrica (cerca de choque). Não tinha água encanada, a luz já estava instalada.

Na Tabela 04, apresenta-se um compilado das dificuldades e facilidades enfrentadas pelos beneficiários do Programa BT na Agrovila Conde de Porto Alegre. De maneira nítida, as dificuldades apontadas se sobressaem em relação as facilidades.

**Tabela 04:** Dificuldades e facilidades enfrentadas pelos sujeitos

Sujeitos	Dificuldades	Facilidades
A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de infraestrutura básica: sem casa, sem água e sem luz;</li> <li>- Os lotes não estavam devidamente cercados com material apropriado;</li> <li>- Processo produtivo para plantação de soja era inviável – área pequena;</li> <li>- As pessoas não sabem trabalhar em grupo;</li> <li>- Falta de uma associação (foi extinta).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso à patrulha agrícola disponibilizada pela PMSB;</li> <li>- Recurso federal para a infraestrutura – casa, água e luz;</li> <li>- Acesso a água encanada proveniente de poço artesiano, depois de algum tempo;</li> <li>- Formação da associação auxiliou em diversas demandas</li> </ul>
A2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de infraestrutura básica: sem casa, sem água e sem luz;</li> <li>- Sem máquinas para trabalhar com a terra;</li> <li>- Sem acesso à financiamento, apenas o Pronaf para compra de vacas de leite;</li> <li>- Desconfiança dos vizinhos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recurso federal (Pronaf) para a aquisição de vacas de leite;</li> <li>- No início contávamos com a patrulha agrícola da prefeitura;</li> <li>- Assistência técnica por parte da Emater;</li> <li>- Quitação na dívida total da terra (quase no final do prazo) graças ao abatimento proposto pelo governo federal;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigências sanitárias para a ordenha e acondicionamento/ guarda do leite;</li> <li>- Falta de conhecimento para atividade leiteira;</li> <li>- Troca constantes das empresas compradoras do leite;</li> <li>- Trabalhar fora da propriedade;</li> <li>- Falta de orientação para outros sistemas produtivos;</li> <li>- Falta de fiscalização na venda dos lotes;</li> </ul>	
A3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sem água encanada;</li> <li>- Falta de assistência por parte da PMSB;</li> <li>- Falta de sentido da coletividade;</li> <li>- Distância da cidade;</li> <li>- Estamos esquecidos aqui;</li> <li>- Falta de persistência das pessoas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso ao recurso do Pronaf para a implantação de infraestrutura;</li> <li>- No início tínhamos mais assistência;</li> <li>- Foi oportunizado cursos e capacitações;</li> </ul>
B1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhar “para fora” para complementar a renda familiar;</li> <li>- Distância da sede do Município;</li> <li>- Dificuldade com o transporte de passageiros – apenas no início havia;</li> <li>- Acesso a água, havia dificuldade na distribuição;</li> <li>- Muita fofoca, disque-disque;</li> <li>- Fim da associação;</li> <li>- Retirada da patrulha agrícola;</li> <li>- As pessoas não sabem trabalhar coletivamente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação no projeto do leite;</li> <li>- No início tínhamos assistência técnica mais seguida, assistência médica, transporte de passageiros;</li> <li>- Quando tínhamos a associação era melhor, conseguíamos as demandas para a comunidade;</li> </ul>

Fonte: Dados compilados pelo autor (2020).

Entre as facilidades apontadas como em relação a infraestrutura foi o acesso a água encanada proveniente de um poço artesiano que era armazenada, e posteriormente distribuída para os assentados. A armazenagem da caixa d'água é de 30.000 litros. Houve, inicialmente, problemas com o sistema de distribuição, onde os beneficiários alegam que o material utilizado foi de baixa qualidade, ocasionando seguidamente rompimentos e vazamentos. Com o tempo tais problemas foram sanados com a substituição do material.

### Sistemas produtivos

Sobre os sistemas produtivos, os relatos dos beneficiários são bastante próximos. Todos apontam que, antes de se instalarem, em momento algum foram informados que o sistema produtivo seria a produção de leite. Outro fato relatado é que, a grande maioria, não possuía máquinas e implementos agrícolas para a implementação de pastagens. Ficavam sempre dependendo da patrulha agrícola da PMSB. Isto fica claro nos depoimentos:



Nós tínhamos uma patrulha agrícola da prefeitura que ficava à disposição dos agricultores. Era com ela que fazíamos as pastagens, preparávamos a terra. Minhas vacas eram de boa genética, todas inseminadas, cheguei a produzir de 280 a 300 litros dia, dava uma renda boa, dava para mim viver. O leite dá muito serviço, e era eu e minha esposa (Entrevistado A1).

Inicialmente sobrevivi com o dinheiro da venda da antiga propriedade, depois vendi um trator, recebia meia aposentadoria por acidente de trabalho. Depois fiz parte do projeto do leite, que até funcionou por um tempo, mas depois se terminou. As empresas não foram mais buscar, alegavam que era longe e as estradas ruins, a quantidade não era suficiente assim como a qualidade do leite. Não tinha um horário certo para a coleta, as vezes apareciam de madrugada para recolher o leite. Também teve adulteração no leite por algum agricultor, colocavam água, enfim, era complicado. Eu ajudava a ordenhar, mas era mais com a mulher e os filhos (Entrevistado B).

No início só podíamos lidar com gado de leite, o dinheiro do Pronaf era somente para isto, não podia ser usado para outra coisa. Fiz uma proposta, lá na prefeitura, de pegar este dinheiro e comprar gado de corte para começar uma pequena criação, mas alegaram que não podia. Somente podia ser aplicado o recurso em vaca de leite. Logo apareceram gente vendendo vacas de leite, muitos compraram, mas não tinha pastagem, uns nem cerca tinham, nem mangueira, nem galpão. Muitos pegaram o dinheiro, compraram algumas vacas e resto sabe-se lá o que fizeram. Quando viemos para cá, nunca nos disseram que teríamos que produzir e lidar com gado de leite. Não podíamos plantar um trigo, uma soja, não liberavam o dinheiro, apenas para o projeto com o gado de leite, e para comprar ordenhadeira e fazer o galpão onde ia ser tirado o leite dos animais. Eu queria criar porco, não aceitaram, não tinha dinheiro para isso. Quem pode comprou vacas, eu comprei umas dez. eu nunca vi o dinheiro, era tudo feito através do Banco do Brasil, onde você se acertava com o vendedor, iam no banco, levavam a papelada, e se estivesse tudo certo era feito a transferência para o vendedor dos animais. Tivemos que comprar a ordenhadeira e o resfriador. Inicialmente não era muito exigido, depois pediram para fazer um espaço próprio para ordenhar as vacas (casa de ordenha), com azulejo, não podia mais guardar o leite dentro de tarros no freezer e sim somente no resfriador. Nunca tinha lidado com o leite, tive que aprender. Cheguei a produzir 3.000 l de leite por mês. Volta e meia era trocado a firma que buscava o leite, as vezes nestas trocas, não pagavam, ou demoravam demais. Teve uma vez que fiquei com o prejuízo de 7.000 l, a firma dizem que faliu e nunca recebi. Lembro que no início o litro de leite era de 0,20, era isso que nos pagavam. Para sobreviver tínhamos que tirar uns quantos litros por dia com este valor. Cada firma nova que vinha buscar o leite exigia algo novo, tinha que ter um mínimo de litros, nós não podia fazer queijo para vender, tínhamos que entregar todo o leite. Com isso tudo paramos com a atividade leiteira. Vendi as vacas de leite e comprei gado de corte. Apenas o projeto do leite nos foi apresentado, nenhum outro mais (Entrevistado A2).

No relato do entrevistado A1, onde menciona que “tínhamos a patrulha agrícola”, isso aconteceu no decorrer do processo, após constituírem a associação, antes, os beneficiários ficavam esperando os serviços da patrulha agrícola, que nem sempre estavam à disposição dos beneficiários no tempo certo. Também quando afirma que “minhas vacas eram de boa genética”, o entrevistado A1 trouxe estas quando da instalação na Agrovila, ou seja, já possuía as vacas.

Para o entrevistado B quando comenta que o projeto do leite “até funcionou por um tempo”, parece que, no início, por ser algo novo, conseguiram recursos para a compra dos animais, dos equipamentos para ordenha, diversos assentados participavam do projeto, este

sistema produtivo era viável. No entanto, no decorrer do tempo, foram aparecendo dificuldades e este também acabou por desistir do negócio.

No depoimento do entrevistado A2, a adoção do sistema produtivo do leite foi algo imposto “no início só podíamos lidar com gado de leite, o dinheiro do Pronaf era somente para isto, não podia ser usado para outra coisa”. Também se percebe que muitos compraram os animais e não tinham a estrutura mínima para iniciar na produção leiteira, como por exemplo a pastagem, algo primordial e fundamental neste processo, a sala de ordenha, nem o cercamento da própria área estava feita. Implementar outro sistema produtivo era tolerável segundo o depoimento. Outro fato decorrente, foi a constante troca das empresas que realizavam a coleta do leite, que muitas vezes não era repassado os valores devidos aos produtores quando da troca.

O entrevistado A3 relata que “não participamos do projeto do leite, porque eu estava desconfiado que não ia dar certo. Esperei um pouco para ver, e como começou dar problema, não quis participar”. Por não ter experiência com o sistema produtivo do leite e ter chegado após o início do projeto, o entrevistado A3 preferiu não participar da atividade.

Os entrevistados apontam que houve a tentativa de implementar outros sistemas produtivos que também não prosperaram. Um deles foi um projeto de fruticultura, que consistia na plantação de pessegueiros e ameixeiras. Os entrevistados comentam:

No início, para mim, quem não for trabalhar com o leite ou trabalhar de peão vai passar fome. Hortifrutigranjeiro é muito longe, plantar soja, numa pequena área é inviável. Um dos moradores, que iniciaram aqui, hoje trabalha para fora, para um grande agricultor, senão fosse isso, já tinha ido embora também. Além do projeto inicial da bacia leiteira depois houve um projeto de fruticultura, para a plantação e produção de pêssego e ameixa, mas não prosperou, não deu certo. Eu não participei, pois vi logo que não ia dar certo, o pessoal não sabe trabalhar em grupo (Entrevistado A1).

O projeto para plantação e produção de 5 hectares de ameixa e 5 de pêssego. Alguém político conseguiu um recurso para esta finalidade e foi disponibilizado sem um projeto anterior. Veio de cima para baixo, tipo conseguimos a verba, agora temos que implementar. Acharmos que o projeto era viável, mas não do jeito que foi implementado tipo a toque de caixa. Foram avisados que chegou um recurso para esta finalidade e tinham que executar o quanto antes. A Agrovila Conde de Porto Alegre foi beneficiada com recurso para a implantação de 4 hectares. Foi selecionado a área e os respectivos proprietários, foi entregue as mudas, abertos as covas, plantadas, foi instalado o sistema de irrigação por gotejamento, um mês depois já tinham vendido bomba, mangas. Praticamente em todas as outras propriedades, onde foram implementados o projeto, hoje não existe mais nada. Uma situação ocorreu que um beneficiário queria fazer parte do projeto, mas por questões políticas, não queriam que fosse contemplado, no entanto ele conseguiu e hoje é o único que produz pêssego e ameixa. Dos 10 hectares iniciais do projeto, apenas 0,5 hectares estão produzindo atualmente (Entrevistado C).

No início eu plantei um pouco de soja, milho, trigo e aveia para pastagem. Mas sempre um pouquinho. O maquinário eu utilizava os cedidos pela prefeitura, depois tinha a patrulha agrícola que era vinculado a associação dos moradores da Agrovila. Lembro que uma vez quiseram implementar um projeto para plantar coisas de horta e entregar

no colégio aqui da Encruzilhada. Nós entregaríamos batata-doce, mandioca, ovos, verdura, leite, essas coisas. Porque é bem mais próximo do que a cidade. Mas não foi adiante, não avançou (Entrevistado A3).

Alguns beneficiários logo começaram a plantar soja, por exemplo, pois é o que sabiam fazer. Ocorre que de 2002 a 2005, praticamente todos os anos foi de seca, e que, em uma terra exaurida, com um mínimo de adubação e com pouco chuva, a situação praticamente ficou insustentável (Entrevistado C).

A implantação de outros sistemas produtivos não prosperou. O entrevistado A participou do projeto do leite, foi um dos últimos a parar com este sistema. Muitos beneficiários produziram milho, soja e também arroz, pois tinham este conhecimento, no entanto por ser áreas pequenas, sem máquinas e implementos, escassez de recursos, problemas da exaustão da terra, fizeram por acabar desistindo destas atividades. Associado a tais dificuldades, entre os anos de 2002 e 2005 ocorreu uma grande seca na região, praticamente inviabilizando as atividades como relatado pelo entrevistado C.

A tentativa de produção de ameixas e pêssegos também não prosperou. Assim como ocorreu com o projeto do leite, não houve um planejamento prévio, faltou a capacitação, não perguntaram para os beneficiários se seria viável e se eles estariam dispostos a participar. De uma hora para outra estava disponível o recurso e, para não o perder, e com a pressão da prefeitura e políticos, foi implementado. Por falta de capacitação, um estudo mais aprofundado, falta de um acompanhamento, tal projeto não prosperou. Quando o entrevistado C relata que “apenas 0,5 hectares estão produzindo atualmente” não percebi, durante as visitas nenhum pomar de pêssego ou ameixa implantado.

A produção de hortigranjeiros também foi mencionada como uma alternativa, mas devido a distância da cidade para a comercialização, tal projeto não foi adiante. O entrevistado A3 menciona que houve a tratativa de incentivar a produção de hortigranjeiros para a entrega para uma escola próxima, em torno de 20 quilômetros, mas que também não evoluiu.

Houve ainda a tentativa de criação de porcos por um dos beneficiários, produção de doces e compotas, alguns artesanatos, criação e produção de ovos caipiras por outros assentados, que também não prosperaram. Se percebe que houve algumas tentativas para a implementação de outros sistemas produtivos e outras formas de complementar a renda, mas por fatores adversos não tiveram êxito. A falta de uma orientação mais efetiva, a falta de um modelo de ação mais participativa, a falta de um planejamento para um sistema produtivo viável financeiramente são alguns itens que demonstram que, os beneficiários, não estavam certos em o que fazer, como fazer e quando fazer.

Um dos entrevistados aponta como facilidade a participação no projeto do leite, pois era um recurso financeiro que sempre tinha no final de cada mês. Menciona que tal atividade era realizada pela sua esposa e filhos, enquanto ele podia realizar atividades fora da propriedade e, assim, complementar a renda familiar.

### **Associação**

Decorrido três anos após o assentamento e a necessidade de terem algo concreto para pleitear e conseguir recursos e demais demandas, os beneficiários constituem uma associação. Em 2003 foi fundada a ASPROVILA – Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Bom Jesus. Um dos moradores cedeu uma área para a construção da sede social da ASPROVILA. Nem todos os assentados quiseram participar da Associação.

Atualmente a associação existe somente no papel, não foi dado os encaminhamentos para sua extinção junto aos órgãos oficiais competentes. No local, onde antes funcionou, hoje não tem mais nada, conforme Figura 05. A área foi vendida e o atual proprietário destruiu a sede.

**Figura 05:** Local da antiga sede da associação da Agrovila Conde de Porto Alegre



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

Segue alguns relatos sobre a Associação:

A Associação Agrovila “Bom Jesus” foi formada três anos após, e nem todos os beneficiários participaram. Atualmente está parada, com documentação em atraso com os órgãos competentes, sem diretoria, abandonada. Acredita que é algo cultural da nossa região, pois o associativismo e o cooperativismo são bem complicados, as

pessoas não acreditam. Livre adesão. A associação foi um meio de poder realizar extensão rural com os beneficiários (Entrevistado C).

Fundamos uma associação em 2004, hoje não tem mais nada, até a sede foi demolida, só ficou o terreno. Por um tempo funcionou bem, depois o pessoal foi desistindo, até que terminou. No início, através da associação, tínhamos mais força, conseguíamos cursos de capacitação através da Emater, do SENAR, a patrulha agrícola, saúde, tínhamos mais força de mobilização, uma pena que terminou (Entrevistado A1).

A patrulha agrícola funcionava através da associação, enquanto funcionava e tinha gente boa na direção era bom, depois mudou e não deu certo, por fim a prefeitura recolheu a patrulha agrícola (Entrevistado A2).

O maquinário eu utilizava os cedidos pela prefeitura, depois tinha a patrulha agrícola que era vinculado a associação dos moradores da Agrovila. A associação também não durou muito, começou a dar uns problemas, cada um queria puxar para um lado que, bem no fim, se terminou (Entrevistado A3).

Fundamos uma associação, no início funcionou bem, tinha uma boa parte do pessoal que era mais unido. Nós fazíamos festas, tinha missas, vinha o pessoal da saúde, conseguimos a patrulha agrícola, diversos cursos de capacitação através da Emater e do SENAR. Com o passar do tempo virou em fofoca, uns queriam ser mais que os outros, até gente armada com faca e revólver ia nas reuniões, e isso ajudou para a extinção da associação. Logo, a prefeitura, recolheu a patrulha agrícola, alegando mau uso, pois começou a dar muita manutenção e, a associação, não conseguia arcar com os custos sozinha (Entrevistado B).

Dentre alguns dos objetivos da ASPROVILA estão a melhoria da qualidade de vida de seus associados, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável (ESTATUTO SOCIAL – ASPROVILA, 2003). Em sua concepção, a associação primava em alcançar tais objetivos. Através dela foi oportunizado a extensão rural, cursos de capacitação, a concessão de uma patrulha agrícola, assistência médica e odontológica, espaço para confraternizações, “tínhamos mais força de mobilização” segundo o entrevistado A1.

Em funcionamento, a ASPROVILA conseguiu a liberação de uma patrulha agrícola, exclusivamente para uso dos associados, junto a PMSB. A patrulha agrícola era composta dos seguintes equipamentos: a) 01 (um) trator New Holland, modelo 7630, ano 2002, tracionado, 4x4, 4 cilindros; b) 01 (uma) grade niveladora, 18 discos, marca Baldan; c) 01 (uma) grade niveladora, 36 discos, marca Baldan; d) 01 (uma) colhedora de forragem (ensiladeira), modelo 9.000, marca Pecu; e) 01 (uma) semeadeira adubadeira, para plantio direto, 4 linhas para milho, com kit para cultivo de pastagem, marca KF 513 (PMSB, Lei nº 4.308/2010).

Com o passar do tempo, os associados foram saindo, não participavam mais, começou os atritos, levando a extinção da Associação. Para o entrevistado C “é algo cultural da nossa região, pois o associativismo e o cooperativismo são bem complicados, as pessoas não acreditam”. Com a sua extinção, ficou cada vez mais difícil buscar as demandas da Agrovila, tornando cada vez mais complexa a própria manutenção das pessoas no local.

Na fala do entrevistado E:

Praticamente ninguém tinha algum implemento ou máquina agrícola, eram dependentes da prefeitura para serviços com a terra. Quando existia a associação dos moradores, havia uma patrulha agrícola que ficava à disposição deles, mas não funcionou, quando estragava alguma coisa, ninguém assumia a culpa para a realização do conserto. Atualmente não tem mais nada. Com o passar do tempo um dos moradores conseguiu comprar um trator e alguns implementos usados, era este que realizava algum serviço para os demais mediante pagamento.

Alguns beneficiários mencionam que a criação da ASPROVILA foi uma das facilidades, pois através dela é que foi possível atender a diferentes demandas da Agrovila Conde de Porto Alegre. A cedência de uma patrulha agrícola, o atendimento médico, um local para cursos/palestras de capacitações e reuniões, além de um local para confraternizações foram conquistadas graças a associação dos moradores.

### **Assistência técnica**

A assistência técnica, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente na Agrovila, quer seja através dos técnicos da Emater ou da PMSB. Os entrevistados mencionam que a assistência técnica ocorreu e ainda, para os atuais moradores, acontece, principalmente através da Emater. Vejamos alguns relatos dos entrevistados:

A assistência sempre teve por conta da Emater, sempre esteve presente. A prefeitura também, no início prestava assistência com um veterinário. No início funcionou bem, tinha transporte, uma vez por semana vinha o médico. Quando tinha morador funcionava, mas foram indo embora e a assistência e atendimentos também foram parando. Hoje não tem mais nada, estamos esquecidos aqui (Entrevistado A2).

Eu acho que as coisas não funcionaram porque deveria ter mais assistência por parte da prefeitura. No início até que funcionava, depois trocou a gestão (governo) da prefeitura e nos esqueceram, teve só promessas (Entrevistado A2).

A questão da assistência técnica pela prefeitura nem sempre ocorreu, dependia do governo que estava instituído. Teve governos com uma estrutura mais organizada, com profissionais da área, como agrônomos e técnicos, que atendiam na Agrovila, davam algum suporte. Na maioria dos governos eram realizadas parcerias com a Emater para atender e oferecer capacitação aos beneficiários, a Emater faz extensão rural junto a assistência técnica. O Senar era outra instituição que disponibilizava cursos também (Entrevistado C).

Inicialmente, conforme os relatos, a assistência técnica era mais constante, tanto por parte da Prefeitura Municipal como da Emater. O entrevistado A2 aponta que a PMSB poderia ter proporcionado uma assistência maior, enquanto o entrevistado C menciona que, dependendo do governo existia uma maior preocupação com este quesito ou não. Ainda afirma que as parcerias entre prefeitura e Emater são essenciais para o atendimento dos assentados.

A assistência técnica oferecida pela PMSB e a Emater eram vistas como fundamentais por parte dos assentados. Apontam como um facilitador que auxiliou na implementação de atividades e diferentes orientações. Mencionaram também que, atualmente, é o único órgão que presta assistência na Agrovila é a Emater, sempre que solicitada, veem atender ao chamado dos atuais moradores.

### **Acesso aos recursos**

Os beneficiários do Programa BT tiveram acesso a recursos financeiros, através de políticas públicas destinadas a este público alvo. Também as capacitações oferecidas, a assistência técnica, palestras, dias de campo são considerados recursos aplicados para os moradores da Agrovila Conde de Porto Alegre. Nos relatos, fica evidente a disponibilidade de recursos oferecidos:

Aqui não faltou dinheiro, recurso tinha, no início deram R\$ 3.000,00 a fundo perdido, depois mais R\$ 12.000,00 dividido em duas parcelas. Faltou um gerenciamento melhor, por exemplo, estas áreas precisavam corrigir o solo pois era uma terra muito fraca. Precisava de 6 a 7 toneladas de calcário por hectare.

Os recursos eram do PRONAF, todos ganharam. Eu comprei ordenhadeira, o resfriador, vacas de leite, botijão para sêmen, coloquei calcário na terra, fiz o dinheiro render. Nós tínhamos assistência, foram dados diversos e diferentes cursos (Entrevistado A1).

Nós tínhamos acesso ao Pronaf para custeio, eu “peguei” três, um para fazer uma lavoura de soja, outra de arroz e um para pastagem. Quando plantei a soja, deu uma seca grande que “peguei” seguro Proagro, para o arroz deu uma chuva de pedra que ocasionou a perda da lavoura e, por falta de acompanhamento e informações, não consegui o seguro e tive que pagar todo o Pronaf, parcelei em cinco vezes a dívida.

Nunca faltou assistência técnica para os assentados, não teve acesso quem não quis. Estavam sempre à disposição, foi oferecido diferentes cursos, orientações, isso não faltou (Entrevistado B).

Foram atendidos pelo Pronaf A com R\$16.000,00 cada um (para infraestrutura produtiva). O Pronaf A demorou de seis a oito meses para ser aprovado e liberado. 30% deste valor era para o custeio e o restante para investimento na infraestrutura produtiva. O governo municipal por vezes oferecia algum benefício, como calcário, foi disponibilizado uma patrulha agrícola para a associação e somente os sócios poderiam utilizar.

Programa do estado chamado Feaper – onde recebiam até R\$ 9.500,00 a fundo perdido, não era preciso pagar. Quem estava cadastrado no Cad-único fazia jus a este programa. Outras linhas pagam até 20% do valor inicial. Se todas tivessem utilizados corretamente todas as políticas públicas estariam bem melhor que hoje, e talvez, muitas não teriam desistido (Entrevistado C).

Os recursos, de acordo com os relatos acima, sempre foram disponibilizados de uma forma ou de outra. Ocorre que, sua efetiva utilização é que não foi correta, faltou uma orientação e fiscalização para este fim.

### 5.3 MOTIVOS QUE LEVARAM OS BENEFICIÁRIOS A ABANDONAR O PROGRAMA

Após participarem do processo de seleção, de conhecer a área para o assentamento e a instalação na Agrovila, muitos beneficiários se deram conta da real situação que se encontravam. Contentes em ter seu pedaço de chão, a realização de um sonho, ter um local fixo para morar foram alguns motivos de alegria para os beneficiários.

Passado a euforia inicial, muitos perceberam que teriam um árduo caminho pela frente: esperar pela construção de toda a infraestrutura básica, como casa, instalação da luz e água, decidir o que produzir e como produzir, a distância de centros urbanos, a dificuldade com o transporte, foram alguns questionamentos feitos e que levaram muitos a desistir do programa. O entrevistado B coloca que:

Após 17 anos resolvi deixar a Agrovila, o principal motivo foi a distância da cidade e as condições precárias de acesso, aliadas a falta de assistência na área de saúde e transporte coletivo, estes últimos devido ao quantitativo, cada vez menor, de moradores na Agrovila. Outro fator é minha idade, hoje estou com 63 anos, tem que sossegar um pouco. Foram oferecidas outras áreas menores no município que outros candidatos “pegaram por primeiro”, e nós, nos colocaram naquela “pedreira”.

Na opinião do entrevistado B, menciona que a falta de assistência na área da saúde e a ausência de transporte coletivo, aliados à sua idade foram aspectos que contribuíram em sair do programa. Vendeu a área para um grande agropecuarista e com o recurso proveniente desta venda, adquiriu uma área menor e mais próxima a cidade de São Borja/RS.

Com o passar dos anos as dificuldades foram aumentando, enquanto que deveria ser o contrário. Sem ou com pouca assistência técnica, atendimento para as questões de saúde, estradas precárias foram alguns dos fatores que acabaram por desestimular os beneficiários e a seu conseqüente abandono do programa. Foram literalmente abandonados pelas instituições inicialmente participantes do projeto.

Na opinião do entrevistado E, alguns itens colaboraram para que a grande maioria dos beneficiários saíssem do programa, como as condições da terra, a dedicação em trabalhar com a terra, a falta de união dos envolvidos, entre outros; Tal afirmação fica claro quando diz:

A terra é bastante dobrada, tem locais de bastante pedra, poucas áreas de terra boa que desse para chegar e ir trabalhando nela. Tinha locais com terra negra, outra com mais areia meia branca, uns pedaços com terra vermelha, outras mais baixo e bastante molhado. Todos eles tinham condição, pois geralmente em cada área tinha pedaços de terra boa. Volto a informar que faltou dedicação e união dos beneficiários. Não tinham união nenhuma, um queria derrubar o outro. Se alguém começasse a fazer algo de diferente, algo bom, tinha uns que puxavam para trás, muito negativo. Percebi que tinha bastante intrigas entre eles. Um complicador era a distância da cidade, sei que alguns produziam algumas hortaliças, ovos, leite in natura, algum queijo e vinham



vender na cidade, uma vez por semana, era complicado. Fazer 75 quilômetros para ir e depois voltar para vender pouca coisa, não sei se sobrava algo, virava em muita despesa. Lembro que tinha uma linha regular de ônibus, que fazia a linha uma vez por semana. Depois parou, pois tinha pouco movimento, não compensava financeiramente para a empresa. Para mim, as estradas geralmente estavam boas, dava para transitar sem muitos problemas. As estradas não impediam o acesso, tanto que a empresa que realizava o recolhimento do leite, enviava o caminhão independente do tempo, ia em dia de chuva inclusive.

Há condução de ações voltadas para a importância do trabalho coletivo, da participação foi praticamente ausente. Era preciso realizar capacitações, cursos com tal temática para incentivar ações comunitárias, de participação coletiva, pois tais iniciativas iriam fortalecer o grupo, teriam mais poder de barganha, conseguiriam mais força para pleitear demandas para os beneficiários.

Outro fator que favoreceu o abandono foi que o processo de seleção não selecionou corretamente as pessoas, não foi identificado corretamente o perfil dos interessados. No relato do entrevistado A2:

Volto a dizer, o BT não deu certo porque colocaram gente que não sabia trabalhar. O primeiro que vendeu o lote, ficou um ano e pouco com a terra e depois negociou. Era proibido vender, mas o pessoal fazia o contrato de “gaveta”. Depois outros começaram a vender também. Nunca teve fiscalização que eu me lembre. Uma época o pessoal da Emater tentou fazer algo, para proibir a venda e fazer com que as pessoas continuassem, mas não deu certo.

O entrevistado C afirma que “a ideia não é ruim, talvez tivesse que ser escolhido pessoas com perfil. Atendiam os pré-requisitos, mas não tinham o perfil”. Certamente que é um fator de extrema importância a escolha de pessoas certas, com o perfil adequado, e que, de acordo com os relatos, não foi obedecido. O entrevistado C, ainda coloca:

Muitos aderiram ao programa por empolgação “**vou ter um pedaço de terra**”, “**não preciso pagar por três anos**”, “**as prestações serão anuais de um pouco mais de mil reais**” (grifo meu). Muitos foram para a Agrovila Conde de Porto Alegre com uma ideia fixa de plantar soja, pois é característico da região e não pensaram muito em como iriam fazer, com quais recursos, como estava a condição da terra, uma área pequena para fazer um grande investimento e obter pouco ou nenhum retorno. Condições adversas como períodos consecutivos de seca, distância da sede do Município acarretando aumento do frete, contato mais frequente com empresas e assistência. Como manter a família e ter uma qualidade de vida digna em uma pequena área plantando soja com “n” dificuldades e situações adversas.

Na conversa com o entrevistado D, aponta:

Na verdade, as pessoas selecionadas deveriam realizar um teste de aptidão, deveria ter sido feito uma melhor seleção. Se a ideia era trabalhar com a produção leiteira, tinha que ter esta afinidade, esta experiência com o trato com os animais, com a plantação de forrageiras, tinha que ter um mínimo de conhecimento, e isso não foi considerado como deveria. O lado cultural pesou mais forte, não temos esta cultura de cooperativismo, de trabalhar com a cultura do leite. Era muito difícil.

Novamente surge a questão sobre a falha na seleção dos candidatos. Também sinaliza que a questão cultural, onde na região não se tem esta vocação para o gado leiteiro e o cooperativismo, acabaram por influenciar negativamente o Programa Banco da Terra.

O processo de seleção, de acordo com os relatos mencionados deixou a desejar, foi realizado de maneira muito superficial e imediata, com a intenção de preencher o quantitativo para a implementação do programa BT e assim dar prosseguimento no projeto. A facilidade das prefeituras participarem desta ação fez com que muitas delas aderissem ao programa BT, pois era feita a intermediação diretamente com o governo federal, sem a interferência do estado. A questão política da época favoreceu este caminho, além de que, a PMSB utilizou este programa como publicidade e, com isso, mostrando que era possível uma outra forma de reforma agrária.

Conseguiram vender a ideia de algo excelente, que os beneficiários teriam condições de pagamento facilitadas, acesso ao crédito, infraestrutura boa e necessária para iniciar e prosseguir com o negócio rural. Depois de implementado o projeto, das famílias instaladas, diferentes instituições abandonaram o apoio antes oferecido, entre elas a própria PMSB.

#### 5.4 PERSPECTIVAS E SITUAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS QUE PERMANECEM NO PROGRAMA.

Dos 25 beneficiários com o Programa BT e assentados na Agrovila Conde de Porto Alegre, apenas 4 permanecem morando no local, representando 16% do quantitativo inicial. Neste tópico serão demonstrados à situação destes moradores e suas perspectivas. Segue alguns relatos dos atuais e ainda moradores:

Atualmente estou aposentado, crio gado e um pouco de ovelha. Para as despesas da casa, o que é possível produzir, a gente produz, crio galinha, planto mandioca, batata, tenho meu pomar, vaca de leite, gado para carne, tenho um açude onde crio peixe e, o excesso a gente vende.

Um grande proprietário, lindeiro à Agrovila, começou a comprar as áreas, assumindo dividas, arrendando. No fim vai comprar tudo. Se ele fizer uma boa proposta, acho que vendo também, já estou com quase 70 anos, vendo e vou morar mais próximo da cidade, tem mais condições.

Hoje é triste a gente ver isto daqui, tão pouca gente, estão derrubando todos os matos, capões de eucalipto e outras árvores. Drenaram os banhados, acabaram com as vertentes. O mundo está terminando, até cerro de pedra estão arrancando para plantar soja e criar gado. Assim que compram, destroem tudo, casa, cerca, arrancam as árvores frutíferas, fazem uma limpa, não fica nada (Entrevistado A1).

Para ajudar com as despesas e pagar a prestação eu trabalhava e trabalho ainda por empreitada. Hoje eu arrendo minha terra em parceria, faço uma troca. Como eu tenho um pouco de gado, cedo o campo em troca de pastagem.

A maioria dos lotes foi comprado por um grande agropecuarista lindeiro da Agrovila. Hoje estamos entre quatro dos vinte e cinco iniciais.

Hoje estamos completamente esquecidos aqui, só em época de eleição que um e outro aparece aqui. Os únicos que vem, quando a gente precisa, são o pessoal da Emater (Entrevistado A2).

Hoje eu crio algumas cabeças de gado, tenho umas ovelhas. Eu gosto da criação de ovelha, sabendo levar deixa um bom retorno. Em época de natal e ano novo, vendo bastante. Quando preciso fazer uma pastagem arrumo maquinário emprestado, geralmente com meu patrão, para plantar. Trabalho de empregado rural em uma agropecuária aqui perto. Vou na segunda e volto na quarta, depois vou na quinta e retorno sábado. Tenho uma motocicleta para fazer este trajeto (Entrevistado A3).

Dos entrevistados, um está aposentado, um trabalha por empreitada e, o outro, trabalha de empregado rural. Todos são dependentes de recursos externos para auxiliar com as despesas familiares e honrar seus compromissos. Todos têm uma pequena criação de gado ou ovelha que, se preciso, é vendido para compor a renda. O entrevistado A2 também trabalha em parceria que arrenda sua terra em troca de pastagem, principalmente para o inverno. Na figura 06 temos imagens das propriedades de dois moradores da Agrovila Conde de Porto Alegre.

Os entrevistados que permaneceram no programa frente a diversas dificuldades, conseguiram lá permanecer por serem determinados, de acreditarem que seria possível. O acompanhamento mais sistemático por parte da PMSB e demais instituições quando da implementação do projeto não ocorreu, deixando os assentados tomarem as decisões sem um direcionamento. A venda de lotes, algo ilegal, tornou-se uma constante e, frente as primeiras adversidades, alguns começaram a vender e, como não houve nenhuma intervenção por parte dos órgãos reguladores, outros acompanharam.

**Figura 06:** Sede da propriedade dos moradores



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020)

Foi possível perceber que com exceção do entrevistado A1, uma baixa diversidade na produção de bens para o auto consumo. Enquanto o primeiro, além do gado e as ovelhas, tem seu pomar, uma pequena criação de galinhas, plantação de mandioca e batata-doce e criação de peixes, os demais não apresentam tanta diversidade. O entrevistado A3, além do gado e ovelhas, possui uma pequena criação de galinhas e um cercado, onde planta mandioca. A diversificação na produção para auto consumo poderia ser bem maior, talvez seja algo cultural. Em conversa com os técnicos da Emater sobre esta particularidade, foi informado que, sim foram dadas capacitações de plantações e como formar uma horta, mas não evoluiu. O entrevistado C coloca:

Outra questão que se percebe, é que quase a totalidade dos beneficiários não plantavam frutas e verduras ou não criavam galinha, não tinham um porco para a subsistência, tinham que comprar tudo, se podiam produzir na propriedade e não faziam. Creio que é uma questão cultural.

Na opinião de um dos entrevistados, a Agrovila Conde de Porto Alegre está terminando, um grande pecuarista está comprando a maioria dos lotes, derrubando mato, árvores, conforme Figura 07, destruindo cercas, aterrando banhados. No depoimento do entrevistado A1 “estão derrubando todos os matos, capões de eucalipto e outras árvores. Drenaram os banhados, acabaram com as vertentes.... No fim vai comprar tudo”. Também menciona se alguém fizer uma proposta boa pela sua área, vai acabar vendendo e indo embora para a cidade.

Com a venda de diversos lotes, geralmente para um mesmo comprador, a Agrovila Conde de Porto Alegre tende a desaparecer por completo. Nas visitas realizadas ao local, percebe-se

claramente que a fala do entrevistado A1 é uma realidade. Grandes máquinas trabalhando, derrubando árvores e matas de eucaliptos, drenando banhados para a composição de lavouras ou para a criação de gado. Dos atuais moradores, apenas um que tem um dos seus filhos morando no lote, pressupõe-se que continue morando e assumindo o lote da família. Os demais moradores acreditam que em pouco tempo irão vender. Um sonho que se desfez.

**Figura 07:** Degradação ambiental



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

A percepção do entrevistado E, arrendatário de um dos lotes, quando foi morar na Agrovila era de que a mesma estava abandonada. Segue relato:

Fui morar na Agrovila em 2015, onde aluguei uma das casas de um lote para morar e ter um lugar para deixar máquinas e equipamentos, fiz um acordo verbal com o proprietário do lote, ficaria morando e utilizando a moradia em troca de serviços de máquinas. Eu realizava a plantação da pastagem, pois o proprietário tinha umas cabeças de gado, foi este o acordo que realizamos. Este lote que eu arrendava já era de terceiros, não era do primeiro morador que já havia vendido, saído do programa. Este senhor atualmente tem dois ou três lotes, um eu sei que está no nome de sua esposa e os outros dois ainda não tem os papéis para a legalização. Existe um contrato de compra e venda, com registro no cartório, mas não tem a escritura. Estavam esperando vencer o prazo de vinte anos para então regularizar a situação. **Minha primeira impressão foi de que a Agrovila estava abandonada** (grifo meu). Muitos tiveram acesso à terra e não se dedicaram, por falta de interesse, por falta de experiência em trabalhar com a terra e até mesmo com a intenção de mais adiante vender a terra e ganhar dinheiro com tal venda.

Percebi também que muita gente tinha condições, foi dada as “coisas” para ir para frente, faltou foi dedicação. Quando fui para lá, em 2015, tinha uns 12 que ainda



estavam residindo lá, mas depois foram saindo, uns negociaram a terra, outros não estavam mais trabalhando em cima da terra e sim trabalhando fora, uns moravam e trabalhavam na cidade e apareciam de vez em quando, outros arrendaram a área, como a que eu estava. Teve gente que foi beneficiada e nunca investiu nada, ganhou a casa, tinha luz e água, mas não trabalhava na terra, não se dedicaram, arrendaram para outros.

A venda de lotes, embora sendo ilegal, era uma prática comum entre os beneficiários, e isto fica evidente no relato acima. A falta de persistência e experiência em trabalhar com e na terra aliados com a intenção de vender o lote e então usufruir de uma quantia em dinheiro são, também, alguns pontos que na visão do entrevistado, fizeram com que muitos saíssem do Programa BT. Na figura 08 tem-se algumas imagens de moradias/lotes abandonados. A prática do arrendamento dos lotes era algo comum.

Percebe-se aqui uma outra percepção para os motivos do abandono ao programa BT, a falta de dedicação maior dos beneficiários em trabalhar com a terra, a intenção de vender o lote e, com isso, usufruir desta renda também foi realizada pelos assentados. Novamente o processo de seleção apresentou falhas em apontar, realmente, quem teria condições de prosperar com o lote. Alicerçado a isto, a falta de vontade dos beneficiários em fazer acontecer, de não só ficar esperando pela PMSB, pela Emater, pelo estado parecia mais cômodo colocar a culpa nos outros e assim desistir. A falta de acompanhamento e uma fiscalização mais atuante favoreceu para o declínio da agrovila Conde de Porto Alegre.

**Figura 08:** Moradias e lotes abandonados



Fonte: Acervo pessoal do autor (2020).

Sobre a venda dos lotes, o entrevistado C aponta:

No decorrer do período foram acontecendo várias coisas – a associação existente de então fez uma denúncia ao conselho de desenvolvimento rural que tinha uma pessoa comprando vários lotes. O conselho analisou e foi encaminhado a denúncia para o MDA de Porto Alegre. Foi realizado uma fiscalização pelo MDA, através da UTE (Unidade Técnica Estadual) com consultores e advogados, onde visitaram os lotes, alguns proprietários foram notificados, alguns não contaram a verdade. Feito esta leitura do ambiente pela fiscalização, o processo começou a tramitar pelas vias competentes. Quem comprou os diferentes lotes está amparado com documentação conferindo-lhe a titularidade da área. O MDA, através de seu corpo técnico, ficou de ajuizar tais procedimentos e até hoje não se sabe muita coisa sobre como está a situação destas áreas.

A venda dos lotes, de acordo com os relatos, sempre aconteceu e ainda acontece. Não existe uma fiscalização efetiva para coibir este ato ilícito.

## 5.5 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA NA AGROVILA CONDE DE PORTO ALEGRE, SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS.

Neste tópico serão mencionadas as avaliações dos sujeitos envolvidos no Programa BT na Agrovila Conde de Porto Alegre. Decorridos vinte anos de sua implementação segue alguns relatos. Para o entrevistado A1:

Creio que teriam de ter selecionado melhor os candidatos, poderiam ter selecionado de acordo um sistema produtivo, por exemplo, este grupo vai trabalhar com o leite, este com gado, este com fruticultura, com a produção de arroz e assim por diante, acho que funcionaria melhor. Faltou uma organização. Nós tínhamos assistência, foram dados diversos e diferentes cursos, no entanto, tinha pessoas que não aceitavam tais ensinamentos. Diziam esses técnicos não sabem nada, vou fazer do meu jeito.

A nossa cultura não é para gado leiteiro, eu produzia porque tinha experiência. Parece que não entra nas cabeças das pessoas, é difícil. O gado leiteiro dá muito serviço, mas bem tocado, rende um bom resultado, dá dinheiro.

Aqui o pessoal não soube e não sabe trabalhar em coletividade é cada um por si e Deus por todos e salve-se quem puder. Nós tivemos curso sobre cooperativismo, mas faltou a união dos agricultores. E por estas coisas que a gente também acaba por não acreditar e larga tudo para cuidar do que é meu e esquece os dos outros.

O programa BT dá certo, as pessoas não podem ter sido empregados pois era sempre mandado, tem que saber fazer as coisas sozinho. Muitas vezes as pessoas não sabiam o que fazer, por onde começar. Tem que selecionar muito bem o pessoal para fazer parte do programa. Eu tinha experiência, era capataz de fazenda e granja. Para mim deu certo, estamos sobrevivendo bem, consegui pagar a terra. Pena que atualmente não tem mais pessoas, estamos praticamente sozinhos aqui, aí tudo fica mais difícil. Para hoje poderiam melhorar as condições de acesso, porque as estradas estão ruins.

Acho que foi um erro muito grande do governo federal sobre as parcelas para pagamento. Eu sempre paguei em dia, ano após ano, teve gente que não pagou nenhuma. Dou um exemplo, tinha gente que devia R\$ 115.000,00 e deram um desconto de 90%, com isso quitou sua terra e logo depois vendeu. Pergunto: se paguei

sempre em dia, não tenho algum direito de receber este dinheiro de volta? Se eu soubesse não tinha pagado nada.

Na avaliação do Programa BT pelo entrevistado A1, fica evidenciado que o aspecto da seleção dos candidatos deveria ter sido de outra forma, analisado o perfil de cada um mais profundamente. A condução de um processo de capacitação à longo prazo, oportunizando diferentes metodologias de participação poderia ter sido adotado, bem como uma sistemática de acompanhamento. Cita ainda que, por vezes, as pessoas não sabiam o que fazer, faltando este direcionamento por parte dos organizadores do projeto.

Sobre as prestações, aponta que foi um dos poucos que pagou em dia suas parcelas, e que não foi reconhecido por isso. “Se soubesse não tinha pagado nada” é o questionamento que faz.

Para o entrevistado A2, sobre a avaliação que faz do programa Banco da Terra:

Minha avaliação que faço do programa que podia ter dado certo, se não fosse a política. Eu consegui, tem que ter persistência e trabalhar. Para ajudar com as despesas da família e nas prestações da terra, eu e meu filho mais velho, trabalhávamos para fora, fazíamos cerca, construíamos galpão, era a forma que tínhamos para honrar nossos compromissos. Vez por outra vendia uma cabeça de gado, e assim fomos levando. Olha, a gente trabalhou mesmo para conseguir. Eu consegui, agora no fim, quitar a terra por que o governo estava oferecendo um abatimento, foi aí que consegui pagar o restante. Eu confesso, que no início, eu pagava as prestações em dia, depois deixei de pagar porque ninguém estava pagando. Eu devia uns R\$ 80.000, 00 e com R\$ 12.000,00 eu quitei a terra com este abatimento. É um programa que pode dar certo, mas com as pessoas certas.

Questões políticas foram o que impediram que o Programa BT desse certo na visão do entrevistado A2. Embora não deixando claro exatamente quais seriam estas questões, uma delas, mencionado anteriormente pelo entrevistado, diz respeito ao processo de seleção dos possíveis beneficiários que não aconteceu como achava que deveria. A necessidade na busca de ingresso de renda de outra fonte que não a propriedade agrícola, foi outro item mencionado para a complementação financeira. Também menciona o fato de que, em determinado tempo, parou de quitar as parcelas, pois percebeu que poucos estavam pagando e foi comtemplado com esta escolha com o abatimento da dívida.

A avaliação que o entrevistado B faz do Programa BT é de que:

A avaliação que faço do programa Banco da Terra foi bom, trabalhei bastante, me judiei, mas consegui as coisas que tenho graças ao programa. Para o conjunto foi péssimo, tanto é que são poucos os que continuam lá, faltou principalmente a união dos beneficiários. Teve pessoas com mais de 50, 60 anos que foram beneficiados, nada contra, mas se tem 20 anos para pagar, vai estar com 70, 80 anos e ainda trabalhando para quitar a terra. Estas pessoas com mais idade, tinham ficado de



suplente e “entraram” por último, pois não tinha mais gente nova que quisesse ir para lá.

Nunca faltou assistência técnica para os assentados, não teve acesso quem não quis. Estavam sempre a disposição, foi oferecido diferentes cursos, orientações, isso não faltou. Creio que faltou mais organização do pessoal. O maior problema é a distância, muito longe para trazer qualquer coisa para vender na cidade.

Um programa bom em que conseguiu adquirir bens, afirma o entrevistado B. Apesar de que hoje não faz mais parte, pois vendeu o lote e adquiriu uma propriedade menor, mais próximo à cidade. A visão da coletividade, da união entre os moradores foi um fato que levou muitos a desistirem, no final não tinham mais força de grupo para pleitear demandas.

O entrevistado D, comenta que o Programa BT teve erros sim, como a falha no processo de seleção. Afirma ainda que deveria ter um gestor residindo na Agrovila para direcionar as ações, realizar um planejamento e cobranças dos beneficiários. Segundo ele:

Teve erros sim, teve gente oportunista, que foram para lá com outra intenção de amanhã ou depois vender a terra e ficar com o dinheiro. Uma pena que tenham pessoas com este espírito, aproveitadores. Hoje percebe-se isto claramente que de fato isto aconteceu.

Para que realmente desse certo teria que ter um gestor que fizesse um planejamento, que tocasse todo o projeto, que determinasse o que cada um tinha que fazer. Uma pessoa que puxasse o projeto, que morasse na localidade e a prefeitura ou estado pagasse seu salário. Com o tempo poderiam capacitar e indicar um dos moradores para assumir este papel.

Na opinião do entrevistado E sobre a avaliação que faz do programa, afirma que:

Minha avaliação sobre este tipo de programa, onde as pessoas tem acesso à terra e prazo para pagamento de até vinte anos tem tudo para dar certo. A terra precisa ser boa, fértil para determinado sistema de produção, onde a pessoa que comprar um lote de terra já possa logo ir plantando e produzindo e assim honrar seus compromissos financeiros. Se a família é grande, tem a possibilidade de algum trabalhar fora e trazer recurso externo para ajudar, para investir na propriedade, ou ainda, auxiliar na quitação de parcelas. Para o pequeno agricultor ou para quem não tem acesso à terra é um programa bom para quem realmente quer trabalhar e sabe trabalhar com a terra. Tinha que existir uma maior fiscalização dos órgãos competentes para verificar de como estava indo o programa, se o recurso que foi emprestado, o Pronaf, por exemplo estava sendo implementado e usado na propriedade, se estava fazendo a coisa certa.

O prazo para pagamento é longo e, segundo o entrevistado E, daria para quitar as prestações. Para isto acontecer a terra deve ser de boa qualidade para que o sistema produtivo a ser implementado produza resultados satisfatórios. Aponta como alternativa para auxiliar na renda da família é alguém trabalhar fora. Afirma que deveria ter uma maior fiscalização por

parte dos órgãos competentes para verificar o funcionamento do Programa e, se necessário, intervir. Menciona sobre as anuidades, a venda de lotes, a fiscalização:

Sei que as últimas anuidades pagas pelos beneficiários foram em torno de três mil, três mil e pouco. Teve gente que não pagou nenhuma parcela e que foram, anos mais tarde, beneficiados com desconto, gerando descontentamento e desconfiança para aqueles que pagaram certinho. No meu ver isto está errado. Sei de pessoas que deviam mais de cem mil e que houve abatimento de 90% no valor, e com isso iam no Banco do Brasil e quitavam sua dívida. Sei também que este grande produtor alcançava este recurso e já realiza a compra do lote. **Sei que era ilegal, mas foi feito e continua sendo feito** (grifo meu). Lembro que uma vez teve uma vistoria do pessoal do ministério, vieram olharam, conversaram com as pessoas, inclusive com o dito comprador, realizaram um levantamento, mas nunca deu nada, não sei como esta está situação no momento. **Acho que não vai dar em nada** (grifo meu).

Acredito que, em 16,8 hectares, é possível viver bem, mas a terra tem que ser boa, senão fica difícil. Tem que dar condições e a pessoa deve, realmente, se dedicar, senão não funciona. Até onde eu sei as pessoas tiveram acesso a recursos, tiveram assistência, só não tinha acesso a recursos que não pagava os outros recebidos. Recurso tinha, creio que não faltou. Quem não conseguia pagar estes financiamentos, não podia ter acesso a novos, e isso também foi motivo para a desistência, o abandono. Começavam a ficar endividados e, assim que podiam, acabavam vendendo para alguém que assumisse a dívida.

Quando questionado sobre qual avaliação faz do Programa BT, o entrevistado A3 afirma que:

O modelo banco da terra é viável sim, mas precisa ter assistência. Nós fomos criticados pelos vizinhos por não fazer parte do projeto do leite. A conversa inicial era que cada assentado ia ficar com 25 hectares, mas por fim cada um ficou com 16,8 hectares. Acredito que diminuíram a área para colocar mais gente e que fossem apadrinhados da política. Os que se animaram a trabalhar é os que ficaram na terra, apenas nós quatro. O certo era que quem tinha a terra não poderia vender, mas, a grande maioria fez isso. A gente sabe que é proibido, mas fizeram e nunca deu nada. Aqui faltou a união, o fazer as coisas em coletivo, era um para cada lado, não podia dar certo, como de fato não deu.

Também acredita no modelo, no entanto deveria ter mais assistência. Quando menciona sobre a falta de assistência, percebeu-se que o entrevistado A3 faz uma relação mais voltada para o assistencialismo, pois em dados momentos falou que na gestão do prefeito tal era melhor, porque *fulano* uma vez fez isto, demonstra uma dependência de outras pessoas e instituições para solucionar seus problemas. Ainda fala sobre a falta de união, mas foi um dos que não quis participar do projeto do leite e da própria associação.

Na avaliação do programa BT, na Agrovila Conde de Porto Alegre, o entrevistado C ligado a Emater, coloca:

Ultimamente o estado nunca teve uma política pública voltada para o BT ou o crédito fundiário, para a Emater todos são públicos, atende o pecuarista, o assentado, o agricultor, enfim quem solicitar estamos à disposição para orientações, no entanto, a preferência era para o pequeno, com a agricultura familiar. Nunca o BT na Emater foi considerado reforma agrária.

O programa BT ou PNCF não dá para comparar ou competir com assentados de reforma agrária. A reforma agrária é mais uma questão política, de ideologia, enquanto o BT foi criado para ir contra o modelo de reforma agrária vigente.

O PNCF é uma política pública interessante. Creio que o programa não combine muito com a nossa região de São Borja por uma questão cultural. Aqui, o que é culturalmente trabalhado pelas pessoas não se enquadraria. O último projeto de crédito fundiário implementado no Município foi em 2015. O atual governo terminou com a equipe técnica que estava operando no escritório do MDA em Porto Alegre e hoje não tem gente para analisar e não tem orçamento. Para funcionar novamente depende de uma decisão política. Vejo como uma “baita ferramenta”, poderia viabilizar a questão da alimentação escolar, onde 30% tem que ser proveniente da agricultura familiar, e estamos com 10%, 12% no máximo. Nós estamos correndo atrás, onde as pessoas não tem a vocação para a produção de hortifrutigranjeiros, leite, peixe e queremos disponibilizar o programa se as pessoas não sabem ou não querem produzir aquilo que deveriam, por exemplo atender a questão da merenda escolar. Nossa região está a “100 anos”, sobre a diversificação da produção, atrás em comparação à outras regiões sobre esta vocação da propriedade. A principal entrada de dinheiro para os assentados ou beneficiários do crédito fundiário não pode ser a soja, é preciso diversificar para horta, peixe, criação de galinha, são produções que, por área, renderiam muito mais que a soja, por exemplo. Talvez no início do programa BT não foi esclarecido para os beneficiários que seria diferente, não poderiam fazer aquilo que eles sabiam fazer que era criar/lidar com o gado ou plantar soja. Com o tempo viram que era inviável estes sistemas e saltaram fora, venderam ou arrendaram

A questão cultural é apontada como um fator que foi determinante para a não prosperidade do Programa BT “não combina muito com a nossa região de São Borja por uma questão cultural” coloca o entrevistado C. Atualmente, a falta de apoio, por parte dos governos constituídos aprofunda mais as dificuldades enfrentadas pelos atuais moradores. Apesar das diversidades, o entrevistado C acredita ser um programa viável, poderia ser incentivado para que os assentados participassem do programa para a alimentação escolar, produzindo determinados produtos e ofertando para os governos, seria uma entrada de recursos considerável e constante.

Afirma que os beneficiários acreditavam que, ao terem acesso à terra, poderiam continuar fazendo aquilo que sabiam “eles sabiam fazer que era criar/lidar com o gado ou plantar soja”, algo que se mostrou inviável por limitação de área, tipo de solo, falta de máquinas e implementos, recursos para custeio, entre outros. Menciona que deveriam ter partido para outros sistemas de produção, que, certamente, dariam mais retorno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou o processo de implementação do Programa Banco da Terra no Município de São Borja/RS, caracterizando-se como um estudo de caso na Agrovila Conde de Porto Alegre. Para a realização do estudo foram utilizadas pesquisa em documentos institucionais, revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos buscando alcançar os objetivos do estudo.

Inicialmente trouxemos uma contextualização do modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) com ênfase no Brasil. Buscou também uma reflexão sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, por fim, sobre o programa Banco da Terra no Rio Grande do Sul. Naquele tópico foi apresentado diferentes concepções sobre o tema em discussão desde sua efetiva implementação no país com o Projeto de Reforma Agrária Solidária que serviu de inspiração para o Programa Cédula da Terra, depois o Banco da Terra, até o PNCF.

O objeto de pesquisa desta dissertação se deu através de um estudo de caso sobre o programa BT, implementado no Município de São Borja/RS nos anos 2000, na localidade de Conde de Porto Alegre, onde 25 beneficiários foram contemplados com 16,8 ha cada, em uma área de 420 ha. Esta área foi a maior concentração do programa BT no Município, com 30,49%. Em relação ao quantitativo da área, que cada assentado teve direito, estar abaixo do módulo rural de 20 hectares do Município, deve-se ao fato, segundo relatos destes, para contemplar um maior número de beneficiários.

Não são muitos os trabalhos que abordam esta temática. Na região oeste do Rio Grande do Sul, onde também foi implementado o programa BT, não foram encontrados estudos que desenvolvam sobre o tema. O objetivo principal desta pesquisa constituiu em analisar a implementação do programa Banco da Terra no Município de São Borja/RS na Agrovila Conde de Porto Alegre, verificando se os objetivos propostos pelo programa foram alcançados. Além de conhecer a percepção dos sujeitos envolvidos com o programa, bem como identificar as facilidades e dificuldades sob a ótica das instituições públicas participantes no processo e dos beneficiários e conhecer os motivos que levaram estes a abandonar o programa.

Os objetivos do programa BT, que consistia em financiar a aquisição de terras e a execução de obras de infraestrutura básica, foram alcançados. Os beneficiários foram contemplados com os lotes e, a infraestrutura, embora sendo implementada no decorrer do processo também foi oportunizada.

Através da pesquisa realizada, ficou evidente que, quanto a implementação do programa BT em São Borja/RS, as expectativas foram muito boas para os agentes envolvidos. Isso que se notou quanto ao número de pessoas que procuraram informações sobre o programa e pela quantidade de pessoas inscritas para participar.

A possibilidade de cada inscrito e futuro beneficiário ter sua propriedade rural incentivou a busca pelo programa BT. Muitos eram empregados, outros tinham ou tiveram alguma relação com a terra e vislumbraram a oportunidade de ter sua propriedade, que para muitos, sem ser através deste programa, isso praticamente seria impossível. As questões dos rebates nas prestações e o prazo de carência e prazo total para quitação da terra, também fez com que muitos quisessem participar do programa, pois viam que nestas condições oferecidas teriam como assumir e honrar tais compromissos.

Recurso financeiro sempre houve e foi proporcionado acesso à diversas linhas de financiamento, como o Pronaf, ainda, recursos disponibilizados a fundo perdido para implementação do sistema produtivo do leite. A disponibilidade da patrulha agrícola, a associação de moradores, os diferentes e diversos cursos e capacitações ofertados foram aspectos positivo levantados.

A assistência técnica esteve presente, tanto por parte de técnicos da PMSB como da Emater. A presença destes foi um item apontado como fundamental para o desenvolvimento das atividades.

Os motivos para que o programa não tivesse o êxito esperado foram as questões de cunho político, principalmente na escolha dos interessados, beneficiando certas pessoas em detrimento de outras, a falta de experiência dos escolhidos em trabalhar com questões da agricultura, a falta de uma infraestrutura básica como moradia, água encanada e luz elétrica na implementação do projeto.

O processo de implantação do projeto do leite foi colocado como impositivo, pois os beneficiários não sabiam que deveriam trabalhar com este sistema produtivo. Tiveram que apreender e se adequar com esta nova forma de sustento. Segundo informações levantadas na pesquisa, a implementação de projetos sempre ocorreu de forma autoritária, de maneira impositiva, sem a consulta prévia com os interessados. Os beneficiários não eram convidados a participar no processo de tomada de decisão.

A continuidade daquilo que sabiam fazer mostrou-se comum entre os assentados. Muitos, nos primeiros anos, implementaram sistemas produtivos como a plantação de soja e arroz, tais atividades não prosperaram por limitações de área, falta de maquinários e equipamentos, solo inadequado, condições climáticas adversas, dificuldades ao acesso a financiamentos foram itens

mencionados. A falta de planejamento para a implementação de sistemas produtivos que atendessem as características da região em relação ao solo, clima, vocação dos beneficiários, mercado e a conseqüente falta de acompanhamento favoreceu a decadência do projeto. A criação de gado de corte, para subsistência e venda de excedentes foi algo que relativamente deu certo, pois dos quatro que permanecem na Agrovila, todos possuem algumas cabeças de gado.

O arrendamento do próprio lote foi outra prática bastante comum entre os beneficiários. Com isto conseguiam, ao menos pagar as prestações dos lotes ou ter uma pequena renda anual. A falta de uma fiscalização mais atuante por parte das entidades governamentais também proporcionou o desfalecimento do programa. Muitos “venderam” seus lotes sem ter que explicar, sendo que tal prática é considerada ilegal dentro do programa Banco da Terra.

A distância de 75 quilômetros da cidade de São Borja/RS, alinhados com a dificuldades de acesso, precariedade das estradas foi outro fator que contribuiu para a desistência de muitos. Tal distância foi um entrave para produzir e depois colocar os produtos para a venda no mercado. A distância era de conhecimento de todos e deveria ter sido um aspecto a ser considerado, no entanto, com a possibilidade de ter acesso há uma propriedade, muitos deixam-se levar e, depois, se arrependem e abandonaram o programa.

O projeto de implementação do programa BT e a posterior criação da Agrovila Conde de Porto Alegre foi algo para atender a um sonho pessoal de um dos idealizadores do projeto. Era possível ir contra a reforma agrária tradicional e implementar um novo modelo, a reforma agrária redistributiva. Suas aspirações pessoais ficaram bastante claras, pois, seguidamente utilizava a pessoa “eu”, “eu pensei assim”, “eu vislumbrei”, “eu queria”, “o projeto era perfeito”. Certamente que tal atitude não poderia ter sido utilizada pela magnitude do projeto, pelas pessoas envolvidas e recursos empregados. Era preciso ter escutado as pessoas, realizado discussões, envolver as pessoas no processo de tomada de decisão.

O projeto foi realizado de maneira muito rápida, sem o devido planejamento, era preciso aproveitar a oportunidade, a disponibilidade de acesso aos recursos financeiros. A própria questão política da época foi outro item que acelerou este processo. Quando da implementação do programa BT, o governo estadual da época foi contra sua execução no RS, enquanto que os governos federais e municipais deram aval para a continuidade do programa e a sua devida implementação.

Com as inúmeras trocas de governo, nas esferas municipal, estadual e federal, em que não havia uma política de estado e, sim de governo, cada qual que assumia, olhava de acordo com

suas concepções políticas para o programa BT. Tais trocas acabaram, uns mais, outros menos acelerando o processo de desmantelamento do programa BT.

Em relação a infraestrutura, deveria estar pronta quando houvesse o assentamento das famílias. Este fato fez com que muitos desistissem do programa logo no início. Aliados a isso, a dificuldade com o transporte para a locomoção das pessoas e da produção, as más condições das estradas de acesso para a agrovila, diversas glebas ruins, são outros fatores que colaboraram para a desistência em permanecer nos lotes.

A assistência técnica da Emater sempre esteve e continua presente. A presença da Emater sempre foi pontuada como algo essencial e que, sempre estivera à disposição dos assentados. A presença da Emater é fundamental para as orientações e encaminhamentos dos projetos, direcionamento para acesso as diferentes políticas públicas, nos esclarecimentos de dúvidas. As pessoas precisavam ter este apoio, assim se sentiam seguras no que deveriam fazer.

Percebeu-se que, praticamente todos assentados, não tinham o hábito de plantar frutas, verduras, de ter uma criação de galinhas e porcos para a sua subsistência. Como não produziam em suas propriedades, tinham que comprar tudo. Os atuais moradores estão sem representatividade política, sem poder de barganha. Isso se deve ao tamanho do grupo e por não serem incentivados a participar em outros grupos, como sindicato dos trabalhadores rurais, e assim, buscar formas para atendê-los.

A falta de dedicação, interesse e a persistência dos beneficiários fizeram com que muitos desistissem frente as dificuldades. A falta do espírito de coletividade, foi outro fator que acelerou a desistência ao projeto. Percebeu-se que não houve falta de recurso financeiro, capacitações e assistência técnica para os assentados. Todos tiveram a oportunidade buscar os recursos e de ter acesso a este.

A falta de fiscalização mais eficiente por parte das instituições envolvidas, também facilitou o abandono. A ausência de um maior controle e acompanhamento de forma sistemática, corroborou para tantas desistências. Certamente que um sistema de acompanhamento, com orientações sobre o que é possível fazer ou não com os lotes, esclarecer as possíveis sanções para eventuais ilegalidades poderiam ter diminuído o quantitativo de famílias que abandonaram o programa.

Ao aprofundar o tema, constatou-se que são poucos os trabalhos que analisam o programa BT na visão dos beneficiários. A análise da implementação deste programa no Município de São Borja/RS na Agrovila Conde de Porto Alegre pretende enriquecer as pesquisas nesta área. Também conhecer a percepção dos sujeitos envolvidos, apontar as facilidades e dificuldades dos beneficiários e verificar o porquê das desistências.

Dos 25 contemplados inicialmente com o programa BT, apenas 4 continuam. Foram muitas as dificuldades apontadas e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este elevado abandono. A falta de um planejamento a longo prazo sinalizando o que deveria ser feito, como ser feito, para que ser feito, por quem, foi, certamente, o maior problema enfrentado, pois os beneficiários não sabiam qual caminho seguir. Este planejamento deveria ter sido construído de maneira conjunta, entre os beneficiários e as instituições participantes, antes da instalação, buscando sinalizar para o desenvolvimento econômico para os moradores da Agrovila. Corroborando com as dificuldades cita-se a falta de uma infraestrutura básica quanto à instalação dos moradores, à distância dos centros urbanos, as condições precárias das estradas de acesso, as condições do solo foram alguns dos aspectos apontados pelos atuais moradores e por aqueles que desistiram do programa BT.

Em resposta ao problema da pesquisa que consiste em saber se o programa BT, implementado na Agrovila Conde de Porto Alegre, no Município de São Borja/RS atingiu seus objetivos, fica claro que não. Houve uma grande procura pelo programa, os contemplados foram assentados, no entanto não houve um direcionamento nas ações, faltou acompanhamento mais sistemático do projeto. Teve um forte cunho político de aproveitar o momento em que, o governo federal estava estimulando este programa proporcionando facilidades de acesso aos recursos e que fez com que o Município participasse. Do Banco da Terra ir contra a reforma agrária clássica, foi outro aspecto relevante, principalmente na região de São Borja/RS, notadamente com um viés político favorável a distribuição mercantilista da terra.

De uma maneira geral, na visão dos entrevistados, o programa BT foi bom, pois proporcionou o acesso à terra aos pequenos agricultores, arrendatários, empregados rurais sem terra e proprietários de minifúndios. No entanto, e a pesquisa demonstrou, que seus resultados não foram satisfatórios, já que apenas 4 beneficiários continuam na Agrovila Conde de Porto Alegre dos 25 que iniciaram.

Não basta apenas oferecer a terra, quer seja pelo modelo tradicional de reforma agrária ou pelo modelo de reforma de mercado. É sim, preciso dar condições para os beneficiários nela permanecerem, e dela tirar seu sustento de maneira digna, através de políticas públicas adequadas, o acompanhamento para com as famílias contempladas, assistência técnica, o acesso aos recursos com diferenciais na taxa de juros e facilidades na captação destes, a orientação na escolha e implementação de um sistema de produção que seja viável, proporcionando sua comercialização e, assim, tendo uma fonte de renda que seja compatível ao enfrentamento dos compromissos financeiros e a uma qualidade de vida melhor.



Apesar das limitações impostas pela pandemia da Covid-19, este trabalho proporcionou uma análise na implementação do programa BT na Agrovila Conde de Porto Alegre no Município de São Borja/RS e apontou as inúmeras dificuldades apresentadas e passadas pelos atuais beneficiários e ex-beneficiários. O aprofundamento para questões políticas e econômicas do programa BT na região oeste do RS podem ser objeto de outros trabalhos.

## 7 REFERÊNCIAS

ATLAS GEOAMBIENTAL. **Atlas Geoambiental de São Borja**. Laboratório de Geologia Ambiental. Santa Maria/RS, UFSM, 2007.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; GAZELLA, Ademar Antonio. **Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro**. XLIII Congresso da SOBER – “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Ribeirão Preto/SP, 2005.

CAZELLA, Ademir Antonio. **Por uma política de ordenamento territorial e fundiário: o possível exemplo catarinense**. Revista Agropecuária Catarinense. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Florianópolis, 2011.

DA ROS, César Augusto. **O processo de implementação do programa Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política 1999-02**. Revista Eletrônica, Ensaios FEE, vol. 29, n.2, p.28. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/146>. Acesso em 03 de março de 2019.

ESTATUTO SOCIAL. **Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Bom Jesus – ASPROVILA**. São Borja/RS, 2003.

ESTEVEZ, Marcel Petrocino. **O Modelo de Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial: Implicações dos Programas Executados no Brasil e na América Latina**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica - Independencias y Construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización Y Socialización, Siglos XIX-XX, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

FOLHA DE SÃO BORJA. Caderno Especial – Suplemento de Agropecuária. **Várias famílias são beneficiadas pelo Banco da Terra**. São Borja/RS, 2003.

GOMES, Carla M.P. **A Governança da Terra em Questão: Uma Análise da Política de Crédito Fundiário no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

LIMA, Diego de Faveri Pereira. **Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciências. Área de concentração: Economia Aplicada. Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2011.

MAIA, Ana Heloisa; SANT’ANA, Antonio Lázaro; SILVA, Flaviana Cavalcanti da. **Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 56; nº2. Brasília, 2018.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. **Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito fundiário**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo: Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>. Acesso em 01 de março de 2019.

NUNES, Sidemar Presotto. **Estudos de Reordenamento Agrário – Capacidade de pagamento dos beneficiários do Banco da Terra na região Sul do Brasil**. Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – DESER. 1 ed. Brasília, 2006.

PELEGRINI, Gelson. **Crédito Fundiário: uma política de reforma da estrutura agrária ou de acesso à terra para ampliar a área dos pequenos proprietários?** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, 2018.

PEREIRA, João M. M. **A reforma agrária assistida pelo mercado do Banco Mundial na África do Sul e no Brasil (1994-2002)**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 218-235, 2017.

\_\_\_\_\_, João M. M. **O modelo de reforma de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_, João M. M. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Revista NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, ano 8, n.6, p. 92-117, UNESP, Presidente Prudente/SP, 2005.

\_\_\_\_\_, João M. M. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João M. M.; SAUER, Sérgio; (orgs.). **CAPTURANDO A TERRA: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, João M. M.; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João M. M.; SAUER, Sérgio; (orgs.). **CAPTURANDO A TERRA: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PMSB. Prefeitura Municipal de São Borja. **História**. São Borja, 2017. Disponível em: <https://www.saaborja.rs.gov.br/index.php/historia>. Acesso em 01 de março de 2020.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de São Borja. **Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente**. São Borja, 2019.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de São Borja. **Lei nº 4.308, de 16 de Novembro de 2010**. Dispõe sobre a autorização o Poder Executivo a firmar Termo de Permissão de Uso com a Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Bom Jesus e dá outras providências. São Borja, 2010.

RODRIGUES, Paula Valeria Ferreira de Almeida; RAMOS, Nerize Laurentino. **Discursos sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Brasil e Rio Grande do Norte**. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU, vol. 10, ed 19, p. 126 – 141, 2017.

SANTORI, Raquel; RIBEIRO FILHO, Francisco das Chagas. **O Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Governança da terra e sustentabilidade: experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais. Ademir Antonio Cazella (Org.)... [et al.]. - Blumenau : Nova Letra, 2015.

SAUER, Sérgio. **“Reforma Agrária de Mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 18, n.1, p. 98-126, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Fernanda Novo da. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: estudo sobre o Banco da Terra no Município de Canguçu, RS**. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Pelotas: UFPEL, 2009.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 9, n.1, p. 37-67. Brasília, 2002.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais**. ed 3. Rio de Janeiro: BNDS, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

## 8 APÊNDICE

### Modelo de entrevista semiestruturada

#### O Programa Banco da Terra em São Borja

- 1) Antecedentes históricos:
  - Ano
  - A mobilização
  - A Prefeitura Municipal
  - Os assentamentos em São Borja
  - A escolha da terra (características do solo) e sua localização – Agrovila Conde de Porto Alegre. Porque daquela área?
  - O processo de compra e venda (os antigos proprietários)
  - O quantitativo da área
  - De que forma ocorreu a divulgação
  - Os beneficiários (aptidões). Tem algum perfil dos beneficiários (sexo, grau de instrução, estado civil, profissão ...)
  - Todos tinham o perfil para assumirem a terra e nela prosperarem?
  - Como foi realizada a seleção dos candidatos (houveram muitos interessados e inscritos?) e quais critérios para a escolha dos beneficiários foram determinantes
  - Os parceiros (prefeitura, emater, políticos...). Quem conduziu o processo? Qual papel desempenhava?
  - O processo de formação da associação.
- 2) A forma de divisão das glebas na Agrovila.
- 3) Os recursos destinados aos beneficiários e para a associação. Quais?
- 4) A assistência técnica ofertada. Houve projetos de exploração da área de cada propriedade/beneficiário? Quais?
- 5) Algum dos projetos iniciais foram implementados/executados?
- 6) As capacitações oferecidas
- 7) O acompanhamento das atividades propostas
- 8) A infraestrutura oferecida e implantada (luz, água, moradia, transporte, escola, saúde, condições de acesso....)
- 9) A liberação de recursos para infraestrutura e custeio. Formas de acesso.
- 10) Sistemas de produção implantados (leite, pecuária, agricultura, horti....)
- 11) As dificuldades enfrentadas
- 12) O apoio dos governos instituídos
- 13) Os programas implantados e seus resultados
- 14) E hoje, como se encontra a Agrovila. Formas de acompanhamento.
- 15) Diferenças entre os beneficiários quanto ao desempenho, alguns foram melhores outros não, se percebe isto e porquê?
- 16) Que avaliação você faz do programa? O que poderia ter sido feito de melhor?